

ANAIS DA SEMANA ACADÊMICA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFRGS (2023): Caminhos Coletivos de Superação das Crises Contemporâneas

REALIZAÇÃO:



ORGANIZADORES:

Andrew Moura
Eduardo Quelis de Souza
Jean Caiaffo Caldas
Karine Boaventura Rente
Regina Brunet Alencar e Silva
Sílvia Altmann

**Anais da Semana Acadêmica de Pós-Graduação em Filosofia da
UFRGS (2023): Caminhos coletivos de superação das crises
contemporâneas**

Andrew Moura, Eduardo Quelis de Souza, Jean Caiaffo Caldas, Karine
Boaventura Rente Santos, Regina Brunet Alencar e Silva e Sílvia Altmann
(Orgs.)

PORTO ALEGRE

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Avenida Bento Gonçalves, 9500.
Bairro Agronomia, Porto Alegre, RS, Brasil.
CEP 90650-001

Ano 2024.

Preparação de texto, revisão, diagramação: Andrew Moura, Eduardo Quelis de Souza, Jean Caiaffo Caldas, Karine Boaventura Rente Santos e Regina Brunet Alencar e Silva.

Capa: Karine Boaventura Rente Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471 Semana Acadêmica de pós-graduação em Filosofia da UFRGS (2023): Caminhos coletivos de superação das crises contemporâneas (2023 dez. 05-07 : Porto Alegre, RS).

Anais da Semana Acadêmica de pós-graduação em Filosofia da UFRGS (2023): Caminhos coletivos de superação das crises contemporâneas [recurso eletrônico] / Andrew Moura ... [et al.], organizadores. — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2024.
110 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Outros organizadores: Eduardo Quelis de Souza, Jean Caiaffo Caldas, Karine Boaventura Rente Santos, Regina Brunet Alencar e Silva e Sílvia Altmann.

ISBN on-line: 978-65-5973-389-7

1. Filosofia. 2. Crises contemporâneas. 3. Filosofia política. I. Moura, Andrew.

CDD 100

Catálogo na publicação: Juliani Menezes dos Reis – CRB10/2268

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**

Avenida Paulo da Gama, 110.
Bairro Farroupilha, Porto Alegre, RS.
CEP 90040-060

Reitor

Carlos André Bulhões

**Direção do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas**

Hélio Ricardo do Couto Alves

Chefe do Departamento de Filosofia

Nikolay Steffens Martins

**Coordenador da Graduação em
Filosofia**

Rogério Passos Severo

**Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia**

Sílvia Altmann

**ANAIS DA SEMANA ACADÊMICA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOSOFIA DA UFRGS (2023):
CAMINHOS COLETIVOS DA
SUPERACÃO DAS CRISES
CONTEMPORÂNEAS**

Comissão Organizadora

Andrew Moura

Eduardo Quelis de Souza

Jean Caiaffo Caldas

Karine Boaventura Rente Santos

Regina Brunet Alencar e Silva

Santiago Alves Castro

Comissão Científica

Andrew Moura

Daniel de Melo Sita

Eduardo Quelis de Souza

Felipe Bezerra de Castro Oliveira

Felipe de Souza Terra

Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho

Karine Boaventura Rente Santos

Nikolay Steffens Martins

Ranieri Rodrigues Garcia

Rogério Passos Severo

Scheila Cristiane Thomé

**Anais da Semana Acadêmica de Pós-
Graduação em Filosofia da UFRGS
(2023): Caminhos coletivos da
superacão das crises contemporâneas**

Local de Publicação: Porto Alegre, RS.

ISBN 978-65-5973-389-7

Organização dos Anais

Andrew Moura

Eduardo Quelis de Souza

Jean Caiaffo Caldas

Karine Boaventura Rente Santos

Regina Brunet Alencar e Silva

Sílvia Altmann

Sumário

Agradecimentos	4
Apresentação	6
Programação	10
Resumos	19
"Aquilo que o nome significa", noções pré-científicas e definições nominais: uma interpretação lógico/linguística da investigação científica em Aristóteles	11
Mariane Farias de Oliveira (USP)	11
O conhecimento de Deus e a metafísica no pensamento de Guilherme de Ockham	13
Júlia Sant'Anna Horn (PUCRS)	13
Agostinho, o filósofo de Cassiciaco: Deus, verdade e beatitude	15
Mabi Oliveira de Moura (PUCRS)	15
Sou-te para ser-me o impossível que somos: De Trinitate como ontologia do amor e sua releitura especulativa na Philosophie der Offenbarung	17
Gabriel Loureiro Pereira da Mota Ramos (UFRGS)	17
Música e estética a partir de Adorno: audição musical como experiência	20
Bruno Pimentel Franceschi Baraldo (UFRGS)	20
O trágico e o futebol	22
Vinicius Falcão Oliveira Carneiro (UFRJ)	22
Afinidades eletivas entre Augusto dos Anjos e Charles Baudelaire	24
Pedro Henrique Magalhães Queiroz (UFRJ)	24
Autenticidade e entrelaçamento na estética de Adorno: sobre um cinema que encontrou a sua forma	26
Mateus Matos Bezerra (UFMT)	26
Fundando cidades em palavras: Platão e perfeccionismo moral	29
Igor Costa do Nascimento (UFRGS)	29
Valor moral das ações, deliberação moral, e o desafio de Huckleberry Finn	31
Jean Caiaffo Caldas (UFRGS)	31
A Relação Entre Sentimento e Moralidade na Filosofia de Kant: Uma Exploração da Crítica ao Formalismo Moral	33

Marco Antonio Pains Valim (UFJF)	33
O fetichismo como forma de alienação	36
Daniel de Melo Sita (UFRGS)	36
O capitalismo pela lente da crítica da economia política: sociabilidade mercantil e dinâmica de classes na obra de Marx	37
Nikolas Steyer Kostrhun (UFRGS)	37
Hannah Arendt e a Crise da Filosofia	39
Carlos Roberto de Melo Almeida (UNISINOS)	39
A axiomática capitalista e a crise da imaginação contemporânea	42
Gabriel Prado Rodrigues (UERJ)	42
O sufocamento da piedade natural no Discurso Sobre a Desigualdade de Rousseau	45
Daniel Corrêa Both (UFRGS)	45
O Luxo, artífice do etnocentrismo: a crítica de Rousseau ao refinamento dos costumes e seus apologistas	47
Breno Bertoldo Dalla Zen (UCS)	47
A sociabilidade, as paixões na natureza humana e o impulso para a formação social em Kant	51
Jéssica de Farias Mesquita (UFRGS)	51
O outro lado da moeda chamada Modernidade: utopia e esperança em Kant e Adorno	53
Alan Duarte Araújo (UFU)	53
As figuras do político em Nancy Fraser	57
Regina Brunet Alencar e Silva (UFRGS)	57
O problema da civilização em Sigmund Freud e Herbert Marcuse	59
Felipe Ravison Paveglio (UFRGS)	59
O conceito de historicidade na fenomenologia husserliana	62
Karine Boaventura Rente Santos (UFRGS)	62
Sobre o conceito de angústia no texto Ser e tempo de Martin Heidegger	64
Nathalia Rodrigues (UFRGS)	64
Simultaneidade e alternância: desdobramentos da teoria da causalidade (causa e efeito) a partir de Ser e tempo de Martin Heidegger	66
Wilian Mauri Friedrich Neu (UFRGS)	66
A terapêutica da história: implicações da assunção de um olhar ético hermenêutico à teoria/filosofia da história	68
Henrique Melati Pacheco (UNISINOS)	68

A respeito da responsabilidade em Levinas e a Educação	71
Cleusa Távora de Carvalho (UCS)	71
O lugar (e a evolução) dos fatos emocionais no pensamento de William James	73
Camila von Holdefer Kehl (UFRGS)	73
Como a ideia de perspectivas afeta o modo como entendemos o conhecimento científico?	75
Santiago Alves Castro (UFRGS)	75
Desacordo Científico e Racionalidade Coletiva	77
Bruno Malavolta e Silva (UFRJ/PPGLM)	77
Paraconsistência e Paracompletude: alternativas filosóficas	81
Rafael dos Santos Ongaratto (UNICAMP)	81
Liberdade em Tempos Vindouros: Pensando a Autonomia nos Tempos da I.A.	83
Victor Henrique Monteiro Alves (UFJF)	83
A fraqueza do argumento das anomalias não-concebidas	86
Gabriel Chiarotti Sardi (USP)	86
Aspectos metodológicos da reconstrução do direito em Habermas	89
Ranieri Rodrigues Garcia (UFRGS)	89
A incompatibilidade da concepção de liberdade de Milton Friedman com o Estado Democrático de Direito	91
Lucas Porto Foppa (UFRGS)	91
Caminhos coletivos a partir da hermenêutica filosófica: diálogo e fronteira	93
Jungley de Oliveira Torres Neto (UFJF)	93
Breves notas sobre o realismo político em Bernard Williams	95
Lucas Taufer (UCS)	95

Agradecimentos

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo apoio à realização do evento, especialmente à coordenadora do programa, Sílvia Altmann, e ao vice-coordenador, Felipe Gonçalves.

Agradecemos aos palestrantes Kelly Janaína Silva, Nikolay Steffens Martins, Ana Rieger Schmidt, Camila Palhares Barbosa, Sílvia Altmann e Eduardo Vicentini de Medeiros pelas excelentes e instigantes palestras.

Agradecemos aos colegas pesquisadores e pesquisadoras pelas riquíssimas comunicações proferidas.

Agradecemos aos membros da Comissão Científica pelas avaliações cuidadosas dos resumos submetidos.

Agradecemos aos técnicos de informática do IFCH, Sílvio e Francisco, por nos fornecer as condições para que pudéssemos realizar as mesas de comunicação de maneira híbrida.

Enfim, agradecemos a todos e todas que participaram do evento!

Apresentação

Apresentação

A Semana Acadêmica da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um evento de periodicidade anual organizado pelo corpo discente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRGS com o auxílio dos docentes que visa a socialização dos resultados da pesquisa obtidos anualmente. Com o tema '*Os caminhos coletivos de superação das crises contemporâneas*', o evento aconteceu entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2023 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado no Campus do Vale. O evento adotou a proposta de formato híbrido com a finalidade de viabilizar a apresentação de comunicações daqueles aos quais a opção de participar presencialmente no *campus* não fosse viável.

A Semana Acadêmica de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS foi idealizada com a finalidade de possibilitar a publicização para a comunidade interna e externa dos resultados da pesquisa realizada pelos discentes de mestrado e doutorado. Por meio desse tipo de evento, a comunidade acadêmica proporciona um espaço de aprendizado, aprofundamento e ampliação de vínculos acadêmicos e profissionais e de aprimoramento da pesquisa produzida. Para tal, o evento teve como seu ponto central a colaboração dos pós-graduandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e dos demais interessados que partilham com a comunidade interna os frutos da sua pesquisa e recebem a partir das suas apresentações as contribuições dos demais discentes, dos docentes e dos pesquisadores presentes. Combinando as finalidades de socialização e de divulgação do trabalho acadêmico desenvolvido na universidade, a Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem a função de fomentar o papel da coletividade na criação de conhecimento científico ao se tornar palco para o diálogo entre pesquisadores de diferentes níveis, instituições e áreas de interesse.

Essas finalidades foram realizadas por meio de uma programação centrada na possibilidade de diálogo. Essa edição do evento contou com a participação de 40 pós-graduandos(as), entre discentes do Programa da Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS e de outras 13 universidades brasileiras que puderam divulgar os resultados das suas

pesquisas. Esses trabalhos foram divididos entre os temas Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Moderna, Estética, Filosofia Política, Ética, Epistemologia e Metafísica e Fenomenologia e agrupados em mesas de comunicação nas quais cada participante dispunha de 20 minutos de apresentação seguidos de 10 minutos para a divulgação da sua pesquisa. Além das comunicações, o evento contou também com a realização de mesas redondas diariamente, no turno da manhã, em que docentes da área de Filosofia puderam discutir temas vitais relacionados à noção de crise, tais como a noção de crises contemporâneas na Filosofia Política, no cânone filosófico, e no cenário atual da pós-graduação em Filosofia.

Esse evento foi realizado a partir do esforço conjunto de discentes, docentes e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, bem como docentes e discentes de outros programas. Compõem o núcleo da Comissão Organizadora do evento Andrew Moura, Eduardo Quelis de Souza, Jean Caiaffo Caldas, Karine Boaventura Rente e Regina Brunet Alencar e Silva, discentes do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS. A Comissão Científica do evento contou com a participação de Andrew Moura, Daniel de Melo Sita, Eduardo Quelis de Souza, Felipe Bezerra de Castro Oliveira, Felipe de Souza Terra, Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho, Karine Boaventura Rente Santos, Nikolay Steffens Martins, Ranieri Rodrigues Garcia, Rogério Passos Severo e Scheila Cristiane Thomé, discentes e docentes do PPGFIL UFRGS. Destaca-se aqui a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS no processo de desenvolvimento do evento nas pessoas de Sílvia Altmann e Felipe Gonçalves, coordenadora e vice-coordenador, e Sílvia e Francisco, técnicos de informática do IFCH. A participação dos palestrantes Ana Rieger Schmidt, Camila Palhares Barbosa, Eduardo Vicentini de Medeiros, Kelly Janaína Silva, Nikolay Steffens Martins e Sílvia Altmann foi fundamental para o enriquecimento desse evento, assim como a dos 40 participantes inscritos nesta edição da Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nos Anais da Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul estão registradas as contribuições dos pesquisadores e pesquisadoras que participaram do evento nesta edição do evento através da comunicação oral. Suas

contribuições são registradas neste documento por meio do resumo simples de suas comunicações apresentadas no evento, os quais foram avaliados pela Comissão Científica e puderam ser verificados e revisados pelos autores antes da submissão para a publicação. Os Anais da Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são compostos por 35 resumos. Destes, 17 resumos foram escritos por pós-graduandos da UFRGS, e 18 de outras instituições brasileiras. Esses resumos foram organizados de acordo com as mesas de comunicação do evento. Por meio da elaboração dos Anais da Semana Acadêmica de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Comissão Organizadora da Semana Acadêmica de Filosofia da UFRGS de 2023 reconhece as valiosas contribuições dadas por aqueles que participaram desse evento e torna público os trabalhos de pesquisa que os pós-graduandos participantes compartilharam ao longo da programação.

Programação

Programação

O evento ocorreu durante os dias 05, 06 e 07 do mês de dezembro do ano de 2023, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), localizado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As sessões de comunicação ocorreram nos auditórios Pantheon e Mini Auditório do Instituto, durante o turno da tarde.

Segue-se, abaixo, a programação completa, com os dias, sessões, salas, e títulos das comunicações orais.

TERÇA-FEIRA (05/12/2023)

13h30 – 15h30

SALA A (Pantheon)

Filosofia Antiga e Medieval

MARIANE FARIAS DE OLIVEIRA (USP)

"Aquilo que o nome significa", noções pré-científicas e definições nominais: uma interpretação lógico/linguística da investigação científica em Aristóteles

JÚLIA SANT'ANNA HORN (PUCRS)

O conhecimento de Deus e a metafísica no pensamento de Guilherme de Ockham

MABI OLIVEIRA DE MOURA (PUCRS)

Agostinho, o filósofo de cassiciaco: Deus, verdade e beatitude

GABRIEL LOUREIRO PEREIRA DA MOTA RAMOS (UFRGS)

Sou-te para ser-me o impossível que somos: de trinitate como ontologia do amor e sua
releitura especulativa na *philosophie der offenbarung*

Mediação: Felipe Terra (UFRGS)

SALA B (Miniauditório)

Estética

BRUNO PIMENTEL FRANCESCHI BARALDO (UFRGS)

Música e estética a partir de Adorno: audição musical como experiência

PEDRO HENRIQUE MAGALHÃES QUEIROZ (UFRJ)

Afinidades eletivas entre Augusto dos Anjos e Charles Baudelaire

VINICIUS FALCÃO OLIVEIRA CARNEIRO (UFRJ)

O trágico e o futebol

MATEUS MATOS BEZERRA (UFMT)

Autenticidade e entrelaçamento na estética de Adorno: sobre um cinema que encontrou a
sua forma

Mediador: Ranieri Garcia (UFRGS)

16h – 18h

SALA A (Pantheon)

Ética

IGOR COSTA DO NASCIMENTO (UFRGS)

Fundando cidades em palavras: Platão e perfeccionismo moral

JEAN CAIAFFO CALDAS (UFRGS)

Valor moral das ações, deliberação moral, e o desafio de Huckleberry Finn

MARCO ANTONIO PAINS VALIM (UFJF)

A Relação Entre Sentimento e Moralidade na Filosofia de Kant: Uma Exploração da

Crítica ao Formalismo Moral

Mediação: Andrew Moura (UFRGS)

SALA B (Miniauditório)

Filosofia Política

DANIEL DE MELO SITA (UFRGS)

O fetichismo como forma de alienação

NIKOLAS STEYER KOSTRHUN (UFRGS)

O capitalismo pela lente da crítica da economia política: sociabilidade mercantil e

dinâmica de classes na obra de Marx

CARLOS ROBERTO DE MELO ALMEIDA (UNISINOS)

Hannah Arendt e a Crise da Filosofia

GABRIEL PRADO RODRIGUES (UERJ)

A axiomática capitalista e a crise da imaginação contemporânea

Mediação: Ranieri Garcia (UFRGS)

QUARTA-FEIRA (06/12/2023)

13h30 – 15h30

SALA A (Pantheon)

Filosofia Moderna

DANIEL CORRÊA BOTH (UFRGS)

O sufocamento da piedade natural no Discurso Sobre a Desigualdade de Rousseau

JÉSSICA DE FARIAS MESQUITA (UFRGS)

A sociabilidade, as paixões na natureza humana e o impulso para a formação social em
Kant

BRENO BERTOLDO DALLA ZEN (UCS)

O luxo, artífice do etnocentrismo: a crítica de Rousseau ao refinamento dos costumes e
seus apologistas

ALAN DUARTE ARAÚJO (UFU)

O outro lado da moeda chamada modernidade: utopia e esperança em Kant e Adorno

Mediação: Thomaz Spolaor (UFRGS)

SALA B (Miniauditório)***Filosofia Política***

REGINA BRUNET ALENCAR E SILVA (UFRGS)

As figuras do político em Nancy Fraser

FELIPE RAVISON PAVEGLIO (UFRGS)

O problema da civilização em Sigmund Freud e Herbert Marcuse

Mediação: Santiago Alves Castro (UFRGS)

16h – 18h**SALA A (Pantheon)*****Fenomenologia***

KARINE BOAVENTURA RENTE SANTOS (UFRGS)

O conceito de historicidade na fenomenologia husserliana

NATHALIA RODRIGUES (UFRGS)

Sobre o conceito de angústia no texto Ser e tempo de Martin Heidegger

WILIAN MAURI FRIEDRICH NEW (UFRGS)

Simultaneidade e alternância: desdobramentos da teoria da causalidade (causa e efeito) a partir de Ser e tempo de Martin Heidegger

HENRIQUE MELATI PACHECO (UNISINOS)

A terapêutica da história: implicações da assunção de um olhar ético hermenêutico à
teoria/filosofia da história.

Mediação: Daniel de Melo Sita (UFRGS)

SALA B (Miniauditório)

Epistemologia e Filosofia da Ciência

CLEUSA TÁVORA DE CARVALHO (UCS)

A respeito da responsabilidade em Levinas e a Educação

SANTIAGO ALVES CASTRO (UFRGS)

Como a ideia de perspectivas afeta o modo como entendemos o conhecimento
científico?

CAMILA VON HOLDEFER KEHL (UFRGS)

O lugar (e a evolução) dos fatos emocionais no pensamento de William James

BRUNO MALAVOLTA E SILVA (UFRJ)

Desacordo Científico e Racionalidade Coletiva

Mediação: Jean Caiaffo Caldas (UFRGS)

QUINTA-FEIRA (07/12/2023)

13h30 – 15h30

SALA A (Pantheon)***Epistemologia e Metafísica***

RAFAEL DOS SANTOS ONGARATTO (UNICAMP)

Paraconsistência e Paracompletude: alternativas filosóficas

GABRIEL CHIAROTTI SARDI (USP)

A fraqueza do argumento das anomalias não-concebidas

VICTOR HENRIQUE MONTEIRO ALVES (UFJF)

Liberdade em Tempos Vindouros: Pensando a Autonomia nos Tempos da I.A.

Mediação: Karine Boaventura Rente Santos (UFRGS)

SALA B (Miniauditório)***Filosofia Política***

RANIERI RODRIGUES GARCIA (UFRGS)

Aspectos metodológicos da reconstrução do direito em Habermas

LUCAS PORTO FOPPA (UFRGS)

A incompatibilidade da concepção de liberdade de Milton Friedman com o Estado
Democrático de Direito

JUNGLEY DE OLIVEIRA TORRES NETO (UFJF)

Caminhos coletivos a partir da hermenêutica filosófica: diálogo e fronteira

LUCAS TAUFER (UCS)

Breves notas sobre o realismo político em Bernard Williams

Mediação: Artur Tonon (UFRGS)

Resumos

Filosofia Antiga e Medieval

"Aquilo que o nome significa", noções pré-científicas e definições nominais: uma interpretação lógico/linguística da investigação científica em Aristóteles

Mariane Farias de Oliveira (USP)

oliveiramariane@usp.br

No livro I dos *Segundos Analíticos*, Aristóteles define que o conhecimento estrito (*haplos*) é o demonstrativo. Já no livro II, o papel das definições para aquisição do conhecimento será apresentado. Também, considera-se o segundo livro como concernente à investigação daquilo que podemos demonstrar. Mas o que relaciona os dois livros? O tema de cada um desses livros está a serviço de qual fim? Nossa hipótese é de que a divisão apresentada pode ser elucidada a partir do paralelo, sugerido por Bronstein (2016), entre o papel do *expert* e livro I e o do investigador e o livro II. O *expert* lida com um corpo científico já estabelecido. Por isso, no livro I o que deve ser discutido é a ferramenta para apresentar o conhecimento científico – a demonstração. Já o papel do investigador, daquele que parte de certa ignorância e dispõe por muitas vezes apenas de noções pré-científicas ou rudimentares, é chegar às definições que formam o conhecimento científico. Dessa forma, boa parte do livro II é dedicada ao percurso investigativo, aos métodos, aos tipos de definição, a como podemos conhecer cada um destes tipos e, por último, como podemos conhecer, pela demonstração, uma definição.

Aristóteles abre o livro II com a afirmação de que tudo que investigamos é igual em número ao que podemos conhecer. No âmbito do que podemos conhecer são quatro as coisas que podem ser investigadas: *to hoti* (o fato), *ei estin* (a existência *simpliciter*), *to dioti* (a causa) e *ti esti* (a essência).

Pretendemos sugerir que esses quatro tipos de questões determinam os estágios de um método que o investigador deve seguir. Nos concentraremos especialmente no papel das noções pré-científicas como fundadoras desse percurso investigativo. Nossa hipótese é que tais noções permitem, em última análise, responder à pergunta pelo *to hoti* – a manifestação de determinado fenômeno.

Abordaremos essa hipótese do ponto de vista lógico/linguístico que Aristóteles formula ao longo do livro II: (1) em II.7, é dito que “aquilo que o nome significa” (*ὁ ὀρισμὸς λόγος ὀνόματι τὸ αὐτὸ σημαίνων*), embora não seja ainda uma definição da coisa na medida em que não encontra um referente, é uma descrição bem definida dela; (2) em II.8, nos são apresentadas as condições de possibilidade de encontrar o referente da descrição; por fim,

(3) em II.10, Aristóteles apresenta “aquilo que o nome significa” como um tipo de definição em certa medida legítima, embora não causal, para que se possa justificar a existência do objeto que se investiga. Dessa forma, parte-se de uma mera descrição de um nome ou expressão até chegar a uma definição “nominal” cujo referente é já identificado. Assim, a definição nominal, formada pelo conteúdo informacional das noções pré-científicas, fornece o ponto de partida para a investigação, ao satisfazer um pressuposto fundamental: o reconhecimento pleno de uma existência – “investigar que algo é sem apreender que ele existe é nada investigar” (APo II.8,93a25).

É justamente porque as noções pré-científicas caracterizam-se como propriedades que decorrem da essência (II.8), mas não estão explícitas em sua definição, que essas noções permitem passar de uma certa ignorância ao conhecimento científico.

PALAVRAS-CHAVE: História da Filosofia Grega. Segundos Analíticos. Teoria da Ciência. Aristóteles.

REFERÊNCIAS:

Textos de Aristóteles:

Aristote. (2014) *Oeuvres Complètes. Sous la direction de Pierre Pellegrin*. Éditions Flammarion, Paris.

Barnes, J. (1993) *Aristotle: Posterior Analytics. Translated with a commentary*. Second edition. Oxford: Clarendon Press.

Ross, W.D. (1949) *Aristotle's Prior and Posterior Analytics: A revised text with introduction and commentary*. Oxford: Clarendon Press.

Ross, W.D; Minio-Paluello, L. (1964) *Aristotelis Analytica Priora et Posteriora*. Oxford Classical Texts.

Outros textos e estudos:

Aquinas. (1970). *Commentary on the Posterior analytics of Aristotle. Translated by F. R. Larcher, with a preface by James A. Weisheipl*. Albany, N.Y.: Magi Books.

Bronstein, D. (2016), *Aristotle on Knowledge and Learning: the Posterior Analytics*. Oxford: Oxford University Press.

Castelli, L. (2019) “Disentangling defining and demonstrating: notes on an. post. II 3-7”. In: Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia, Campinas, SP, v. 42, n. 4, p. 243–281.

O conhecimento de Deus e a metafísica no pensamento de Guilherme de Ockham

Júlia Sant'Anna Horn (PUCRS)

juliasantannahorn@gmail.com

O presente trabalho tem como intuito o estudo do pensamento epistemológico sobre a teoria do conhecimento do filósofo franciscano medieval Guilherme de Ockham (1285 – 1347), fortemente reconhecido por rejeitar a ideia da possibilidade de existência de conceitos e/ou termos universais, admitindo a concepção de que todos os objetos que conhecemos, na verdade, advém de conceitos singulares. Tal aceção de Ockham contribuirá para um amplo debate tanto na história da filosofia medieval, quanto em pressupostos metafísicos, uma vez em que o filósofo em questão, foi punido pela igreja católica não podendo adquirir o título de doutor, tampouco quanto o de mestre, já que questionou o conceito de universalidade, sendo indagado pela a igreja por sua crença em Deus, uma vez que esse era e é admitido como um ser universal, não podendo assim defender sua tese e necessitando se exilar, já que fora expulso de Paris e posteriormente excomungado por argumentar contra os princípios do Papa. A partir da teoria da singularidade ockhaminiana conseguimos constatar grandes embates medievais e ainda modernos, uma vez que tal teoria é dada como uma forte inspiração para a construção do Imperativo Categórico de Immanuel Kant em sua obra *Crítica da Razão Prática*. Esse trabalho, a fim de seu pelo êxito, será elaborado a partir de 4 partes, em um primeiro momento será abordado o problema da universalidade proposto pelo pensador a fim de com compreender quais são os tipos de conhecimento existentes, a partir de tal entendimento, serão analisados esses tipos de conhecimentos dados pelo autor, denominados respectivamente, como conhecimento intuitivo (*cognitio intuitiva*) e conhecimento abstrativo (*cognitio abstractiva*), para em um terceiro momento compreender como *Inceptor Venerabilis*, como também reconhecido, constrói a ideia do singular contrapondo-a com a da universalidade, e por fim, em um quarto e último momento será debatido como o filósofo após refutar o universal, compreende e reconhece Deus a partir de conceitos singulares.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Singular. Abstração. Intuição. Universal.

REFERÊNCIAS:

ABBAGANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média. vol 1. São Paulo: Paulus, 2014.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. História da Filosofia Cristã: Desde as origens até Nicolau de gusa. Tradução de Raimundo Viera, O.F.M. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BORGES, William Saraiva. A Navalha de Ockham: Um Princípio Lógico de Parcimônia. Scintilla. Curitiba: v. 19, n. 1, jna/jun., 2022. Disponível em: <<https://scintilla.saoboaventura.edu.br/scintilla/article/view/133>>.

CULLETON, Alfredo. O Problema da Causa Finalis em Ockham. Educação e Filosofia Uberlândia. vol. 25, n. 50, jul/dez, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/13362>>.

LIMA, Ricardo Pereira Santos; SCHNEIDER, Jakob Hans Josef. Guilherme de Ockham: conhecimento, singular e primum cognitum. Horizonte Científico. vol. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/issue/view/963>>.

NETO, José Alves de Souza. Teoria do Conhecimento em Guilherme de Ockham. Revista Contemplação. n. 26, 2021. Disponível em: <<https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/300>>.

OCKHAM, Guilherme de. Seleção de Obras. tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural/Col. Os Pensadores, 1973.

Agostinho, o filósofo de Cassiciaco: Deus, verdade e beatitude

Mabi Oliveira de Moura (PUCRS)

mabimoura@gmail.com

O presente estudo vem trazer contemplações de Santo Agostinho (354-430) sobre beatitude, alicerçado no diálogo filosófico *De beata vita* escrito quando o filósofo completa 32 anos de idade junto aos seus amigos e sua mãe. Ocasão na qual se retira para Cassiciaco, lugar especial para a vivência da espiritualidade de Santo Agostinho. Falar de beatitude, considerando ser um vocábulo profusamente utilizado, permeando seus mais diversos significados de fato, complexos. De tal forma, esse processo de significação ou ainda, de ressignificação ao pensarmos em uma linha temporal, de forma reflexiva em torno desse tema tradicional e substancial para a cultura medieval. Esse estudo transcende o processo temporal e pode sim nos proporcionar um estado de contradição, mas ao mesmo a possibilidade de descortinar a falta de consenso sobre essa condição, ou ainda tentando aclarar a contemplação se *ser/estar feliz*, para vivermos na contemporaneidade essa circunstância. Para o filósofo não há dúvida, os ditosos caminhos a serem percorridos em busca de um sentido de existência, onde se depara em diversos estados de angústia, desbrío, incerteza, isso fica marcado em sua obra. O artigo pretender expor como Agostinho compreende beatitude na obra *De beata vita* e sua condição de relevância para a Filosofia, de que forma se alcança a beatitude. O filósofo diz que não existe vida feliz, num sentido amplo e marcado por estado significação, consciência filosófica e existencial onde inexistente o sublime e perfeito conhecimento de Deus. Para isso, se faz necessária a pergunta: - Como percorrer esse caminho, para conhecer Deus e alcançar um desvelo em evolução espiritual e alcançar a vida feliz? O texto através da obra de Agostinho vai trazer as reflexões feitas por ele, e suas respostas para chegar nesse ápice conceitual de uma vida plena e feliz, onde através dos ensinamentos de Deus. Agostinho de Hipona indica um caminho pródigo na busca por beatitude apontando o bom e virtuoso caminho, esse é um caminho conectado a filosofia e moral agostiniana. O filósofo indica que não existe homem sábio sem honestidade. Não se faz virtude sem justiça, e não se tem tranquilidade sem o sumo bem e toda essa reflexão discorre do contato com Deus. Nesse sentido, podemos perceber que existe, de forma concisa, uma dominância sobre o que consiste a beatitude, a forma como se manifesta, ou, até mesmo, o que provoca na existência esse questionamento. Diante do exposto, é inegável a relevância do estudo e dessa temática a ser aclarada sobre beatitude, pois está presente em nosso cotidiano, na forma como vivemos, sentimos e pautamos nossa vida.

PALAVRAS-CHAVE: Beatitude. Santo Agostinho. Metafísica.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, S. Confissões. São Paulo: Paulus, 1984.

AGOSTINHO, S. Confissões. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

AGOSTINHO, S. Solilóquios A vida feliz. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, S. Sobre a vida feliz. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

AGOSTINHO, S. Sobre o livre-arbítrio. Campinas: Ecclesiae, 2019.

AGOSTINHO, S. Retratações. São Paulo: Paulus, 2019.

BRACHTENDORF, J.; MOTA, T. M. C. Confissões de Agostinho. São Paulo: Loyola, 2020.

GILSON, É. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. São Paulo: Paulus, 2010

Sou-te para ser-me o impossível que somos: De Trinitate como ontologia do amor e sua releitura especulativa na Philosophie der Offenbarung

Gabriel Loureiro Pereira da Mota Ramos (UFRGS)

loureiropmramos@gmail.com

O De Trinitate ocupa lugar chave na formulação do pensamento agostiniano. A recente releitura deste importante texto por Marion (2016, 2012), que nele vislumbra a estrutura mesma de uma fenomenologia da Revelação, relevou o importante mecanismo da comunhão no aparato argumentativo que Agostinho mobiliza, conforme Zizioulas (1997) e Gilson (1987) já sublinharam. A específica maneira de filosoficamente determinar a trindade desde seu princípio unitário desvela ao menos dois argumentos fundamentais: 1) o paradoxo da dependência independente deve ser respeitado pelo procedimento ontológico da comunhão, por virtude da qual cada um dos termos é o que é na relação mantida com os outros dois, o que, por sua vez, 2) gera um segundo paradoxo de uma autonomia heteronômica, pela qual cada uma das pessoas é a si mesma através das outras com as quais reside em comunhão. Ora, esta é precisamente a estrutura especulativa da famosa dialética das potências, que preside ontológica e logicamente à Philosophie der Offenbarung (1977), obra tardia de Schelling em que o objetivo de fundamentar uma filosofia religiosa, para a qual o Ser é antes de tudo compreendido como Pessoa, ganha seu maior desenvolvimento, conforme demonstram Holz (1999), Gabriel (2006), García (2017), Pareyson (2017), Schuback (1998). Objetivo de nosso trabalho é demonstrar como a dialética das potências do Schelling maduro possui na determinação agostiniana da Trindade seu modelo especulativo, do qual o alemão extrai a estrutura de sua ontologia tardia. Para tanto, avançamos a hipótese hermenêutica do que denominamos a autonomia heteronômica, que vertemos pela fórmula sou-te para ser-me o impossível que somos. Por meio de uma leitura comparada de De Trinitate e da Philosophie der Offenbarung, concluímos possuírem as ontologias cristãs de Schelling e Agostinho a estrutura do que batizamos uma ontologia do amor, cujo atributo fundamental reside em apreender o Ser como tendência ao enriquecimento. Este último passo permite-nos enlaçar a tese histórico-sistemática, que entrevê em Agostinho o paradigma especulativo da ontologia tardia desenvolvida por Schelling, ao projeto mais ambicioso de uma Naturphilosophie contemporânea, capaz de explicar o factual fenômeno do enriquecimento ontológico, objeto central de esforços filosóficos contemporâneos preocupados em apreender

filosoficamente o fato da mudança radical, como exemplificam os trabalhos de Badiou (1988; 2006; 2018) e Romano (2021).

PALAVRAS-CHAVE: De Trinitate. Santo-Agostinho. Schelling. Filosofia da Revelação.

REFERÊNCIAS:

- AGOSTINHO DE HIPONA, De Trinitate. Moutain, Turnhout: Brepols, 1968.
- BADIOU, Alain. L'être et l'événement. Paris: PUF, 1988.
- BADIOU, Alain. Logiques des Mondes. Paris: Seuil, 2006.
- BADIOU, Alain. L'immanence des vérités. Paris: Fayard, 2018. G
- ABRIEL, Markus. Der Mensch im Mythos. Berlim: De Gruyter, 2006.
- GARCÍA, Marcela (2017). Menschliche Existenz und Metaphysik in Schellings Spätphilosophie. In: Wozu Metaphysik?, Christopher Erhardt & D. Meißner & J. Noller (Org). München: Verlag Karl Alber.
- GILSON, Etienne. Introduction à l'étude de Saint-Augustin. Paris: Vrin, 1987.
- HEIDEGGER, M. Die Sprache. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2008.
- HEIDEGGER, M. Beiträge zur Philosophie – vom Ereignis. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2003.
- HOLZ, H.: Spekulation und Faktizität. Zum Freiheitsbegriff des mittleren und späten Schelling. Bonn: Bouvier.
- MARION, Jean Luc. Au lieu de soi. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- MARION, Jean Luc. De Surcroît. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- MARION, Jean Luc. Givenness and revelation. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- PAREYSON, Luigi. (2017). Ontologia da liberdade: o mal e o sofrimento. São Paulo: Edições Loyola.
- ROMANO, Jean Claude. L'événement et le monde. Paris: PUF, 2021.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. Die Philosophie der Mythologie. In: Ausgewählte Schriften, Band 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. Die Philosophie der Offenbarung. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977.
- SCHUBACK, Márcia de Sá Cavalcante (1998) O começo de Deus: a filosofia do devir no pensamento tardio de F. W. J. Schelling. Petrópolis: Vozes. ZIZOULAS, John. Being as Communion: Studies in Personhood and the Church. New York: Saint Vladimir's Seminary Press, 1997.

Estética

Música e estética a partir de Adorno: audição musical como experiência

Bruno Pimentel Franceschi Baraldo (UFRGS)

brunobaraldo@gmail.com

Em um primeiro momento, a pesquisa teve por objetivo analisar os textos de Theodor W. Adorno sobre o rádio e seu impacto na produção e recepção musicais, escritos sobretudo em seu período americano. Com isso, pretendeu-se: (1) analisar como Adorno concebe a relação entre música e sociedade no contexto do capitalismo desenvolvido, revisitando suas análises sobre jazz, vinculando-as à crítica de uma vida musical fetichizada e reificada; (2) caracterizar o modo como Adorno delinea os atributos do ‘fenômeno do rádio’, situando sua abordagem no contexto dos debates com Benjamin acerca das transformações das artes na era de sua reprodutibilidade técnica; (3) reconstituir suas tentativas de conceber uma ‘teoria da audição’ musical nos textos de *Current of Music*. A partir das reflexões de Adorno acerca da escuta musical, tanto no âmbito da música de entretenimento como no da música moderna, suscitou-se a problemática da caracterização do conceito de experiência estética, sobretudo das experiências musicais, para aprofundar a compreensão da análise de Adorno, investigar a possibilidade de relacionar seu pensamento com outras abordagens e articular as limitações de seu pensamento. Segundo Adorno, incapaz de apreender uma obra de arte sob a forma de um todo dotado de sentido – um todo semântico –, o ouvinte radiofônico, puramente sensorial, tende a conceber a música como uma sequência mais ou menos aleatória de elementos distintos que lhe afetam. A audição infantilizada tende a escutar a música de forma atomizada, estimulada pelos seus elementos particulares – como melodia e ritmo – que atraem a sua atenção especialmente em função de seu caráter puramente sensual, de onde formula o conceito de audição atomística. A música destinada ao espetáculo, ao show, tende cada vez mais a sacrificar a pretensão ao que Adorno chama de sentido musical em nome da produção de efeitos sobre os ouvintes. Em todos os casos, aponta formas reificadas de experiência musical, onde a própria música e sua percepção são privadas de sentido na medida em que inexiste uma totalidade coerente a ser apreendida pelo pensamento. Essas análises, formatadas em uma chave crítica, sugerem como Adorno de algum modo esperaria que uma experiência musical não infantilizada devesse estar associada a um certo caráter de conhecimento. Esse elemento teórico, de alguma maneira intelectual, parece ser preferido em detrimento de uma fruição tipicamente sensorial ou emocional da obra de arte musical. Uma experiência musical adequada, então, deveria poder propiciar alguma forma de conhecimento, na medida em que permitisse uma compreensão da conexão recíproca dos elementos estruturais, para além de sua apreensão desconexa,

como na audição atomística. No estágio atual da pesquisa, parto dessa caracterização da experiência de escuta musical em Adorno a fim de articular os conceitos de experiência e experiência estética em sua obra e investigar o modo como a noção de experiência é compreendida por outras tradições em Estética: considerando-se como é desenvolvida por Dewey, em *Art As Experience*, e estabelecendo as linhas gerais das leituras de A. Berleant, em *The Aesthetic Field*, e de Giovanni Piana, em *Filosofia della musica*.

PALAVRAS-CHAVE: Adorno. Música. Experiência Estética.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor W. *Introdução à Sociologia da Música: doze preleções teóricas*. tradução Fernando R. de Moraes Barros. – São Paulo: Editora Unesp, 2011b. 420p.
- _____. *Indicações para ouvir a nova música*.
- _____. *O fetichismo na música e a regressão na audição*. In: BENJAMIN, W, et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. *Por que é difícil a nova música*. In: COHN, Gabriel. Theodor W. Adorno: sociologia. p. 147-161. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Sobre algumas relações entre música e pintura*.
- _____. *Tipos de Comportamento Musical*. In: *Introdução à Sociologia da Música: doze preleções teóricas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 55-84.
- _____. *Teoria estética*. tradução de Artur Morão. – Lisboa : Edições 70, 2008b. 555p.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, RS : Zouk, c2012. 127 p. : il. ; 19 cm.
- BERLEANT, Arnold. *The aesthetic field: A phenomenology of aesthetic experience*. Christchurch: Cybereditions, 2000
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo : M. Fontes, 2010. 646 p.
- LEVINSON, Jerrold. *Il piacere nella musica contemporanea*. In: *Discipline Filosofiche*. Anno XV, Volume 2. p. 129-142.
- PIANA, Giovanni. *Filosofia della Musica*. Milano: Guerini e Associati, 1991.
- KIVY, Peter. *Introduction to a philosophy of music*. Clarendon Press, 2002.
- _____. *Music alone: Philosophical reflections on the purely musical experience*. Cornell University Press, 1990.

O trágico e o futebol

Vinicius Falcão Oliveira Carneiro (UFRJ)

pentoxibenzeno@gmail.com

Peter Szondi inicia seu "Ensaio sobre o trágico" com a seguinte frase "Desde Aristóteles há uma poética da tragédia; apenas desde Schelling, uma filosofia do trágico." anunciando uma ruptura (entre "poética da tragédia" e "filosofia do trágico"), uma mudança no eixo que sai da tragédia e passa ao trágico. Szondi, no entanto, apenas anuncia esta passagem, em sua obra a gênese histórico-conceitual da "filosofia do trágico" (que, para ele, é "tipicamente alemã") está ausente. A pesquisa desta gênese é empreendida por Roberto Machado em seu "O nascimento do trágico", nesta exposição, Machado não somente revisita Aristóteles, como mostra as mudanças histórico-conceituais que fazem da "filosofia do trágico" algo "tipicamente alemão", corroborando Szondi. Fundamentalmente, as duas pesquisas, por meio de interesses distintos, um mais genealógico (Roberto Machado), outro mais conceitual e centrado na "filosofia do trágico" (Peter Szondi), indicam ser possível uma compreensão independente do trágico em relação à tragédia: aquele seria uma experiência fundamental da vida, esta seria um gênero dramático-poético. O que diferencia a "filosofia do trágico" da "poética da tragédia" é o fato de que a pesquisa "filosófica", ao contrário da "poética", não centra suas preocupações na forma da tragédia enquanto gênero, mas, ao se reportar à tragédia, mesmo que investigue seus aspectos formais, é para dela extrair algo ainda mais fundamental, algo capaz de figurar a constituição da própria vida. Em outros termos, os "filósofos do trágico" olham as tragédias para delas extrair o elemento trágico que é matéria-prima buscada, entender o trágico na própria condição da existência. Mas, afinal, o que é o trágico? Em "A origem do drama barroco alemão", Walter Benjamin corrobora com Szondi e Machado nessa resposta: o elemento trágico, primeiro, é histórico e não há, portanto, "o" mas "um" trágico; segundo, em correspondência com as concepções da "filosofia do trágico", os três autores apontam que, apesar de serem concepções diversas entre si, o que há em comum é o elemento do ágon (o conflito constante, permanente e incessante), o engendramento de uma força de aniquilação, cuja perda (do objeto aniquilado) deixa uma ferida incurável, impossível de ser superada em uma síntese dialética mais elevada. O desafio posto (e apresentado aqui ainda) como hipótese para minha pesquisa de doutorado é pensar o futebol como fenômeno trágico, mas, mais do que isso, a partir da ideia de trágico presente em "O nascimento da tragédia de Nietzsche", mostrar como a tragicidade é ameaçada pelo racionalismo – o que, para o autor, é a causa da "trágica morte da tragédia" e, em um processo iniciado nos anos 1970, tem sido o sufocamento do trágico no futebol. Trata-se, portanto, de compreender como o ágon presente no futebol

sob a figuração da contingência, que quebra expectativas, presente nos erros mais inesperados, é cada vez mais ameaçado por uma racionalidade mercantil que, em nome de fazer coincidir investimento financeiro com resultado esportivo, tenta domesticar a contingência típica do conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Tragédia. Trágico. Agon. Contingência. Racionalidade.

REFERÊNCIAS:

- ARISTÓTELES. Poética. Tradução: Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. O nascimento da tragédia, ou helenismo e pessimismo. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MACHADO, Roberto. O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- PLATÃO. A República. Tradução: Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 2001.
- REALE, Giovanni. Introdução a Aristóteles. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- ROSENFELD, Anatol. O teatro épico. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do teatro. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SZONDI, Peter. Ensaio sobre o trágico. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Afinidades eletivas entre Augusto dos Anjos e Charles Baudelaire

Pedro Henrique Magalhães Queiroz (UFRJ)

pedro.magalhaes-7@outlook.com

É uma possibilidade minimamente sincera a de pensar o poeta paraibano Augusto dos Anjos enquanto poeta lírico do capitalismo contemporâneo, reconhecendo como antecedente o esforço de Walter Benjamin em torno do poeta parisiense Charles Baudelaire, na medida em que a decomposição ou a desintegração tornou-se a sua marca central. Se Benjamin encontra na lírica de Baudelaire, situada na Paris do século XIX, uma configuração da aparência social (*soziale Schein*) do alto-capitalismo (*Hoch-Kapitalismus*), podemos elaborar num esforço similar, buscando aqui na periferia, particularmente em Augusto, uma visão alegórica que, ainda como alegórica, conseguiria ser mais realista do que o realismo no sentido estrito, estético e político. É como se Augusto dos Anjos fosse mais contemporâneo nosso do que em seu próprio tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Augusto dos Anjos. Charles Baudelaire. Aparência social. Aparência estética. Capitalismo.

REFERÊNCIAS:

ANJOS, Augusto dos. *Obra completa: volume único*. Organização, fixação do texto e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARROS, Eudes. *A poesia de Augusto dos Anjos: uma análise de psicologia e estilo*. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1974.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Pequenos poemas em prosa*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Hedra, 2011.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

_____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas; v. 3).

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

KURZ, Robert. *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio*. Tradução de Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e André Villar Gomez. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

VIANA, Chico. *O evangelho da podridão: culpa e melancolia em Augusto dos Anjos*. 2. ed. João Pessoa: FCJA, 2012.

Autenticidade e entrelaçamento na estética de Adorno: sobre um cinema que encontrou a sua forma

Mateus Matos Bezerra (UFMT)

mateus.matosb@hotmail.com

O debate sobre o cinema a partir de sua efetividade social implica entender sua forma estética em relação a sua autonomia. Adorno pensa o problema como uma divergência incoerente entre o que as massas consomem sem pensar, ao mesmo tempo que recusam a dita arte de vanguarda, que apesar de sua autenticidade não encontraria as massas. Devido à incorporação da alienação do trabalho, tendo em vista o capitalismo tardio, a indústria cultural entra como a efetivação do trabalho alienado até mesmo no tempo livre, impossibilitando qualquer espaço que proporcione o pensar autônomo. Assim, o cinema precisaria encontrar sua própria forma, dado sua inserção no espaço da indústria cultural, para que se expresse, por meio da forma estética, uma constelação da expressão de seu tempo, a partir da ideia de entrelaçamento [Verfransung]. Ao supor que a obra de arte está sendo sobrepujada em franjas, para então as juntar na materialidade, Adorno está destacando que a arte passa por um processo formal, em que as coisas se entrelaçam, tendo como efeito um objeto único. O cinema se destaca em sua unicidade por ser composto de imagens em movimento, transpondo um momento a seguir de outro, proporcionando assim, outra experiência a partir de sua forma. O olho, o ouvido, ou a sensorialidade de espaço e tempo como um todo, são organizados no cinema, para que o receptor possa pensar o ambiente de outra forma. Devido às alterações que o cinema faz perante o disposto e dado, ele consegue romper a barreira da realidade alienada, de modo a transpor o cotidiano a outra lógica, que possibilita a formulação de outro tempo. O cinema, assim, reconsiderado, poderia ser pensado como a figura dos fogos de artifício, que iluminam e então desaparecem, devido à fugacidade material. Em outras palavras, aquela imagem, ao ser posta em movimento, já não existe mais. O momento crucial para isso ocorrer é o entendimento do cinema, que em sua forma estética, apresenta como efeito a autenticidade [Authentizität]. Adorno pouco fala de um cinema autêntico, mas demonstra uma reconsideração sobre a arte cinematográfica em seus escritos como “Transparência do filme” e “A arte e as artes”, ambos presentes no compilado de ensaios introdutórios da “Teoria Estética” denominado “Sem diretrizes – Parva Aesthetica”. É a partir dessa reconsideração que é possível pensar a efetividade do cinema, enquanto autenticidade, para encontrar a autonomia da forma estética, a partir da experiência estética.

PALAVRAS-CHAVE: Autenticidade. Autonomia. Cinema. Estética. Forma.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor W. *Sem diretrizes - Parva Aesthetica*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. Tradução de: Luciano Gatti.
- ADORNO, Theodor W. *Teoría estética*. Madri: AKAL, 2015.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ADORNO, Theodor W. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- DA SILVA, Raquel Patriota. CINEMA AND THE ARTS. *Novos Estudos*, n. 123, p. 353-369, 2022.
- DELLA TORRE, Bruna. ABAIXO DA SUPERFÍCIE: Adorno e o cinema reconsiderado. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 477-493, 2019.
- GATTI, Luciano. *Constelações: crítica e verdade em Benjamin e Adorno*. Ed. Loyola, 2009.
- HANSEN, Miriam. *Cinema and Experience: Siegfried Kracauer, Walter Benjamin, and Theodor W. Adorno*. Univ of California Press, 2012.
- SILVA, Mateus Araújo. Adorno e o cinema: um início de conversa. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo: CEBRAP, p. 114-126, 1999.
- SEEL, Martin. *Adornos Apologie des Kino*. In: *Adornos Philosophie der Kontemplation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2017.
- SEEL, Martin. *The arts of cinema*. In: *The Arts of Cinema*. Cornell University Press, 2018.
- WELLMER, Albrecht. Sobre a negatividade e a autonomia da arte. *Revista TB*, Rio de Janeiro, 155:27/54, out-dez.,2003.
- WELLMER, Albrecht. Verdad, apariencia e reconciliación. in: *Sobre la dialéctica de modernidad y portmodernidad: La crítica de la razón después de Adorno*. Antonio Machado Libros, 2018.

Ética

Fundando cidades em palavras: Platão e perfeccionismo moral

Igor Costa do Nascimento (UFRGS)

prof.igornascim@gmail.com

A partir da década de 1980, Stanley Cavell se preocupou cada vez mais com o que chama de “perfeccionismo moral”. Tal visão da ética, nunca definida de maneira fechada, é compreendida como uma forma de leitura de nossas vidas e de interpretação filosófica. Assim, podemos falar em temas perfeccionistas, não em definições robustas desta vertente. Ilustrativo disso é como autores que, muitas vezes, tomamos como diametralmente opostos em discussões sobre moralidade e política e mesmo com compreensões diversas do que é a filosofia são enquadrados como perfeccionistas: Platão e Aristóteles, Immanuel Kant e John Stuart Mill, Santo Agostinho e Nietzsche, e assim por diante. O que os aproxima, enquanto proponentes de textos perfeccionistas, é a concepção de uma educação moral que, por vezes, não passa de certo a errado (ou de bom a mau), mas sim de confusão e autorrestrição para clareza e autoconhecimento — um senso de que o “eu” esta em constante transformação e evolução. Uma leitura apressada dessa visão da moralidade pode sugerir que ela culmina tão somente numa ética privada e limitada ao escopo do “eu”. Entretanto, lendo conjuntamente *A república* de Platão e a interpretação cavelliana desta obra, podemos compreender o perfeccionismo como preocupado com a relação do eu com a sociedade, não querendo deixar um deles de lado. Destacamos de que maneira a insistência de Platão na educação, na amizade e na demanda por reformas políticas e espirituais situam seu texto como perfeccionista, chamando atenção para como as preocupações de Platão não se restringem nem a uma alma individual nem ao que ele entende como o melhor governo, mas a própria relação (e tensão) entre a alma e a cidade. Assim, o presente trabalho chama atenção para como a obra platônica pode ser lida sob esta ótica, tentando chamar atenção para o que esse texto pode nos ensinar sobre a constituição individual e política mesmo com nossas distâncias temporais e culturais. Tal sugestão conclui, por sua vez, defendendo a interpretação metafórica do mito de Ér, presente ao final da República: rejeitamos que deva ser lido como uma história literal de transmigração de almas, mas o tomamos como um mito sobre nossa relação com nossos corpos, com nossas vidas em sua missão de despertar para a autorrealização.

PALAVRAS-CHAVE Platão. Cavell. Perfeccionismo. Moralidade. Política.

REFERÊNCIAS:

- ANNAS, Julia. *Platonic Ethics, Old and New*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1999.
- ARAUJO, Carolina. *Cooperative Flourishing in Plato's Republic: A Theory of Justice*. London, New York, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 2023.
- CAVELL, Stanley. *The Senses of Walden*. Expanded Edition. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1981.
- CAVELL, Stanley. *Pursuits of Happiness: The Hollywood Comedy of Remarriage*. Cambridge, Massachusetts, London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 1984.
- CAVELL, Stanley. *Conditions Handsome and Unhandsome: The Constitution of Emersonian Perfectionism*. Oxford and London: The University of Chicago Press, 1990.
- CAVELL, Stanley. *Contesting Tears: The Hollywood Melodrama of the Unknown Woman*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1996.
- CAVELL, Stanley. *Esta América nova, ainda inabordável*. Tradução de Heloisa Toller Gomes. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CAVELL, Stanley. *Cities of Words: Pedagogical Letters on a Register of the Moral Life*. Cambridge, Massachusetts, London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.
- HALLIWELL, Stephen. The Life-and-Death Journey of the Soul: Interpreting the Myth of Er. Em FERRARI, G. R. F. (org). *The Cambridge Companion to Platos' Republic*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press, 2007, pp. 445-473.
- KEYT, David. Platão e a justiça. Em BENSON, Hugh H. et al (orgs). *Platão*. Tradução de Marco Antônio de Ávila Zingano. Porto Alegre: Artmed, 2011, pp. 318-332.
- MORRISON, Donald. The Utopian Character of Plato's Ideal City. Em FERRARI, G. R. F. (org). *The Cambridge Companion to Platos' Republic*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, Sao Paulo: Cambridge University Press, 2007. pp. 232-255.
- NUSSBAUM, Martha. *Love's Knowledge: essays on philosophy and literature*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1990.
- PLATÃO. *A república*. Tradução de Maria Helena da Rosa Pereira. 15a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- VLASTOS, Gregory. *Socrates: Ironist and Moral Philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Valor moral das ações, deliberação moral, e o desafio de Huckleberry Finn

Jean Caiaffo Caldas (UFRGS)

ojeancaldas@gmail.com

Ações moralmente corretas possuem valor moral na medida em que merecemos crédito moral por realizá-las. Plausivelmente, merecemos crédito moral por realizar ações moralmente corretas na justa medida em que as ações são não-acidentalmente corretas. Mas quais são as condições para que ações sejam não-acidentalmente corretas? Na literatura recente, há duas posições proeminentes acerca do valor moral das ações. Uma delas é a ‘Posição da Correção’, endossada por autoras como Paulina Sliwa (2016) e Johnson King (2020), a qual expressa que uma ação tem valor moral se e somente se a ação é realizada pelo fato de que ela é moralmente correta. A outra é a ‘Posição das Razões da Correção’, defendida por autores como Nomy Arpaly (2002), Julia Markovits (2010) e Mark Schroeder (2021, ch. 9 e 10), a qual expressa que uma ação tem valor moral se e somente se ela é realizada pelas razões que explicam a correção moral da ação. O debate a respeito da plausibilidade de cada uma das posições se dá especialmente em torno de um alegado contraexemplo à primeira, o qual supostamente dá suporte à plausibilidade da segunda, a saber, o caso ‘Huckleberry Finn’. Sobre este caso, adeptos da ‘Posição das Razões da Correção’ alegam que a ação de Huck de proteger o escravo fugitivo Jim de sua proprietária pela razão de que Jim possui valor enquanto ser humano intuitivamente possui valor moral, mas ela não é realizada pelo fato de que ela é moralmente correta – na verdade, Huck tem a crença de que está fazendo algo moralmente errado, por considerar que está furtando uma propriedade de alguém. Por isso, adeptos desse diagnóstico alegam que deveríamos rejeitar a Posição da Correção. Em resposta, adeptas da ‘Posição da Correção’ alegam que a ação de Huck é acidentalmente correta, pois Huck, ao considerar que sua ação é incorreta, poderia não ter feito a coisa certa – com efeito, se é acidentalmente correta, a sua ação não possui valor moral. Nesta comunicação, eu realizarei dois objetivos. Em um primeiro momento, argumentarei a favor de um diagnóstico qualificado acerca do caso Huckleberry Finn, o qual tem de nos levar a rejeitar, ao fim e ao cabo, não apenas uma das teorias, mas ambas. Em um segundo momento, eu defenderei a plausibilidade de uma nova posição, a qual – em uma primeira aproximação – explica o valor moral das ações em termos da manifestação da disposição para deliberar moralmente bem. Argumento que ela não somente acomoda plausivelmente o diagnóstico correto acerca do caso ‘Huckleberry Finn’ como também acomoda acuradamente o princípio da não-acidentalidade. O argumento não será

conclusivo, mas mostrará uma vantagem explanatória crucial da nova posição frente as posições proeminentes.

PALAVRAS-CHAVE: Valor Moral. Razões Morais. Huckleberry Finn. Deliberação Moral. Não-acidentalidade.

REFERÊNCIAS:

- ARPALY, N. 'Moral Worth'. In: *Journal of Philosophy*. Vol. 99, no. 5, 2002, pp. 223-45.
- JOHNSON KING, Z. 'Accidentally Doing the Right Thing'. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. 100, no. 1, 2020, pp. 186-206.
- MARKOVITS, J. 'Acting for the Right Reasons'. *Philosophical Review*. Vol. 119, no. 2, 2010, pp. 201-42.
- SCHROEDER, M. *Reasons First*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- SLIWA, P. 'Moral Worth and Moral Knowledge'. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. 93, no. 2, 2016, pp. 393-418.

A Relação Entre Sentimento e Moralidade na Filosofia de Kant: Uma Exploração da Crítica ao Formalismo Moral

Marco Antonio Pains Valim (UFJF)

marcopains321@gmail.com

Uma acusação comum feita a Kant é a de que ele é responsável por um sistema moral excessivamente rígido, como se a moralidade fosse meramente um mecanismo formal da razão. No entanto, a tese que defendo, com base em comentadores e no próprio texto de Kant, é que há, de fato, uma relação direta entre moralidade e sentimento em sua filosofia moral, que fica mais evidente na *Crítica da Razão Prática*. O que, talvez, frequentemente dificulta essa compreensão é o fato de que Kant tenha optado pelo termo “respeito” em vez do termo “sentimento”, uma vez que, para ele, não seria possível falar de um sentimento apriorístico proveniente da consciência moral, visto que todo sentimento é empírico, portanto, a posteriori. Entretanto, essa distinção, dentro da discussão moral, entre sentimento e respeito talvez indique uma precaução conceitual e não uma rejeição ao sentimento, pois, nas palavras de Kant: [...] o sentimento sensível, que está na base de todas as nossas inclinações é, certamente, a condição daquele sentimento que chamamos respeito, mas a sua causa que o determina reside na razão pura prática e este sentimento pode, portanto, chamar-se, em virtude de sua origem, não efeito patológico, mas efeito prático (*Crítica da Razão Prática*, A 134). Em suma, pretendo abordar como Kant relaciona a ideia do sentimento moral, enquanto disposição subjetiva, com o seu ideal de universalidade, uma vez que a dificuldade da teoria do sentimento moral (baseado na doutrina do moral sense do iluminismo escocês) reside justamente na busca pela condição de universalidade. A pretensão é, portanto, ressaltar a relação direta entre a esfera subjetiva e objetiva enquanto condição do cumprimento da moralidade pura (*Sittlichkeit*), com o objetivo de compreender uma saída para o problema da motivação moral. Por último, ao demonstrar essa relação, nossa apresentação sustentará a ideia de que essa mesma relação indica que o formalismo moral não constitui uma condição intrínseca da moralidade, mas sim uma expressão analítica de como se pode conhecer a lei moral. Em outras palavras, o formalismo é o meio pelo qual Kant explica como é possível conhecer a moralidade, mas a própria moralidade não depende desse formalismo, pois dela nos tornamos “imediatamente conscientes” (*ibid*, A 53), isto é, como um *Faktum* da razão pura.

PALAVRAS-CHAVE: Moralidade. Sentimento. Formalismo.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, G. A. Liberdade e Moralidade segundo Kant. In: ANALYTICA, vol. 2, nº 1, p. 175-202, 1997.
- ANDRADE, Renata C. L. Máximas e Leis na Filosofia Prática de Kant: Uma Divisão Inclusiva ou Exclusiva? In: SABERES, Natal – RN, vol. 1, n.6, fev. 2011.
- BECK, L. W. A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- BECKENKAMP, Joãozinho. O Lugar Sistemático do Conceito de Liberdade na Filosofia Crítica Kantiana. In: Kant e-prints. Campinas, vol. 1, n 1º, p. 31-56, 2006.
- CERQUEIRA, Marcone C. O Formalismo Moral em Kant: Autonomia e Vontade. In: Revista de Filosofia, vol. 12, n.2, ISSN 2178-1036, 2015.
- FERNANDES, Darley A. Kant e o sentimento moral. In: CON-TEXTOS KANTIANOS. International Journal of Philosophy, N.º 7, Junio 2018, pp. 488-510 ISSN: 2386-7655.
- HENRICH, Dieter. The Unity of Reason: Essays on Kant's Philosophy. London: Harvard University Press, 1994.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. Lisboa: Edições 70, s.d.
- _____. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 2007.
- PATON, H.J. The Categorical Imperative. Londres: Hutchinson's University Library. s.d
- SMITH, Norman K. A Commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'. London: Macmillan, 1918.
- _____. A Commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- SOUZA, HJS. O problema da motivação moral em Kant. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 141 p. ISBN 978-85-7983-016-7.

Filosofia Política

O fetichismo como forma de alienação

Daniel de Melo Sita (UFRGS)

danielsita@ymail.com

Nesta comunicação será exposto o conceito de fetichismo de Karl Marx como uma forma do conceito de alienação do autor. O primeiro passo será uma conceitualização da categoria de fetichismo tal como aparece na seção “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” do primeiro capítulo da obra *O Capital* (1867), em seguida uma conceitualização da categoria de alienação conforme sua ocorrência na produção da juventude (1841-1848) de Marx. O objetivo deste trabalho será apontar as semelhanças entre a dinâmica do fetichismo e da alienação, em especial da alienação religiosa, e assim como esta, o fetichismo seria uma representação da alienação humana na consciência. Da mesma maneira que, estruturalmente, a mercadoria é alienada materialmente no sistema capitalista, idealmente essa mercadoria alienada reproduz uma forma de misticismo acerca de si mesma, um fetichismo.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação. Fetichismo. Marxismo.

REFERÊNCIAS:

- FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LESSA, Sergio. *Alienação e estranhamento*. In: *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENESES, Paulo. *Entfremdung e Entäusserung*. Belo Horizonte: Síntese, v.27, n°89, 2000.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

O capitalismo pela lente da crítica da economia política: sociabilidade mercantil e dinâmica de classes na obra de Marx

Nikolas Steyer Kostrhun (UFRGS)

nikolaskost97@gmail.com

A intensificação dos processos de crise econômica, democrática e ecológica no século XXI tem conferido ânimo renovado ao debate sobre a crítica da economia política de Karl Marx. Esse estudo visa a investigar a compreensão do modo de produção capitalista desenvolvida por Marx em *O Capital* a partir de duas de suas dimensões analíticas fundamentais: a teoria da sociabilidade capitalista formulada ao longo da análise da forma do valor e da seção sobre o fetichismo da mercadoria, e a crítica à dominação de classes baseada no processo de produção do capital. Demonstraremos, através deste esforço reconstrutivo inspirado pelas assim chamadas *Novas Leituras de Marx*, que a crítica da economia política marxiana oferece recursos teóricos imprescindíveis para o entendimento adequado da sociedade capitalista e de seus problemas. Num primeiro momento, pretendemos (1) contextualizar a concepção de Marx da sociabilidade burguesa em relação à sua teoria do valor, enfatizando o papel atribuído à forma socioeconômica do “valor” enquanto mecanismo de socialização do trabalho humano numa sociedade organizada em torno da produção privada de mercadorias para a troca. Esse passo inicial permite demonstrar a parcialidade das leituras tradicionais da problemática, que, ou bem interpretam o fetichismo como um simples caso de falsa consciência, ou bem procuram explicá-lo exclusivamente nos termos de um processo historicamente desenraizado de racionalização formal (ao modo da teoria da reificação de Lukács). Sustentamos, pelo contrário, que Marx compreende o fetichismo como um fenômeno objetivo de materialização das relações sociais decorrente do caráter contraditório do trabalho no capitalismo. Tais formas objetivadas de relações sociais constituem, para Marx, as categorias da economia política, que tanto condicionam a conduta dos agentes quanto tendem a ser naturalizadas pelos mesmos, sob as formas paradigmáticas do valor e do capital. Em segundo lugar, dirigimos nossa atenção à maneira como (2) a exposição de Marx investiga a problemática da dominação de classes no capitalismo. Para tanto, procuramos explicar como, para o autor, (2.1) a representação clássica da esfera do mercado como um espaço de trocas voluntárias entre sujeitos livres e iguais (a “circulação simples de mercadorias”) constitui-se a partir de um ocultamento sistemático da dinâmica supraindividual dos processos de produção e de acumulação do capital. Logo, na visão de Marx, as teorias clássicas da sociedade civil (como em Locke, Smith

e mesmo Hegel) possuiriam um ponto-cego em comum: a relação entre capital e trabalho. Para concluir, exploramos (2.2) a centralidade assumida pela categoria de mais-valor relativo na análise de Marx do processo de produção do capital. Indicando um método para a extração de trabalho excedente baseado na implementação de inovações técnico-produtivas reiteradas, ela possibilita, como argumenta Moishe Postone, fundamentar teoricamente a existência de uma dinâmica histórica produtivista imanente ao capitalismo, cujas consequências socioambientais colocam em questão a viabilidade de uma forma do metabolismo social dirigida pelo imperativo do lucro e desvinculada de qualquer controle democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Karl Marx. Capitalismo. Teoria do valor. Crítica da economia política. Teoria social.

REFERÊNCIAS:

- BACKHAUS, Hans-Georg. *Between Philosophy and Science: Marxian Social Economy as Critical Theory*. Em: PSYCHOPEDIS, K; BONEFELD, W. (Org.). *Open Marxism: Volume 1*. London: Pluto Press, 1992.
- CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology: from Adam Smith to Max Weber*. London: Palgrave Macmillan, 1991.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1997.
- LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858* (2011). Tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* (2013) Tradução: Rubens Enderle – São Paulo: Boitempo.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labour and Social Domination*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- REICHEL, Helmut. *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital*. Tradução: Nélio Schneider. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura do Capital de Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Contraponto, 2001.
- RUBIN, Isaak. *A Teoria do Valor de Marx*. Tradução: José Bonifácio Filho. São Paulo: Polis, 1987.

Hannah Arendt e a Crise da Filosofia

Carlos Roberto de Melo Almeida (UNISINOS)

almeidacrm@hotmail.com

O século XIX, na Europa, foi marcado pela crise de identidade da filosofia frente ao avanço e consolidação das Ciências Naturais, a partir do qual pareceu não haver lugar para a atividade filosófica. Parte disso está na ascensão e consolidação de uma nova visão de mundo pautada nos resultados e no alcance de tais Ciências que desafiaram a validade do objeto e do método da filosofia. Especialmente na Alemanha, o caráter fundacionista da filosofia entrou em crise diante do mundo que se apresentava a partir do laboratório, e é nesse sentido que se pode falar de uma crise de identidade da filosofia, a partir da qual foram desenhadas possíveis respostas que buscam especificar o seu lugar entre as atividades humanas – de modo especial, com ênfase na natureza do conhecimento proporcionado pela filosofia e sua especificidade frente ao conhecimento científico. Tais respostas procuraram responder perguntas como: 1) Qual o estatuto da reflexão filosófica frente às Ciências Naturais? 2) Há convergência entre filosofia e fisiologia no tratamento de questões do comportamento humano? 3) Quais são os limites da explicação científica em termos antropológicos? Hannah Arendt (1906-1975), herdeira e crítica da tradição filosófica alemã, estava profundamente interessada nessas perguntas, de modo que é possível explicitar uma relação entre os problemas enfrentados em sua obra e a crise da filosofia tal como se desenhou na Alemanha a partir do século XIX. Esse tipo de pesquisa permite reavaliar posições de Arendt frente a problemas que usualmente não são considerados em sua recepção, majoritariamente política, bem como avaliar quão interessantes podem ser suas respostas para as caracterizações contemporâneas do problema da crise da filosofia. Assim, a filósofa alemã ficou conhecida pela publicação de “Origens do Totalitarismo”, em 1951, em que ela descreveu os elementos do governo totalitário, por ela definido como essencialmente destruidor da espontaneidade, nota central da ação humana enquanto tal. Assim, ao analisar os governos totalitários do século XX, a autora assumiu compromissos com uma antropologia filosófica que contrasta com a leitura determinista do comportamento humano. Não sem razão, portanto, foi a tratamento explícito de tais compromissos filosóficos nas obras posteriores, de 1958 e 1978, respectivamente, nas quais tratou da vida ativa e mental do ser humano e das características que marcam a ação e a diferem do comportamento. Dessa forma, as três principais obras da autora – “Origens do Totalitarismo” (1951), “A Condição Humana” (1958) e “A vida do espírito” (1978) – desenharam uma filosofia política cuja base antropológica se constituiu como resposta à crise

de identidade da filosofia provocada pela consolidação de uma visão de mundo derivada das Ciências Naturais a partir do século XIX, razão pela qual tais textos merecem um tratamento que mantenha tal crise em perspectiva afim de alcançar o pleno sentido dos seus problemas e das suas respostas.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da Filosofia. Século XX. Hannah Arendt. História da Filosofia.

REFERÊNCIAS:

- ARENDR, H. A Condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____.; HEIDEGGER, Martin. Correspondência: 1925-1975. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. Pensar sem corrimão: Compreender (1953-1975). 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- _____. Origens do Totalitarismo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. Responsabilidade e Julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. The Life of the Mind. [s.l.] New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978.
- BEINER, Ronald. "Love and worldliness: Hannah Arendt's reading of Saint Augustine," in MAY, Larry, KOHN, Jerome. Hannah Arendt: Twenty Years Later, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1996, 269–284.
- BEISER, F. C. Depois de Hegel: A filosofia alemã de 1840 a 1900. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2017.
- BENHABIB, S. The Reluctant Modernism of Hannah Arendt. [s.l.] Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- BORREN, M. A Sense of the World: Hannah Arendt's Hermeneutic Phenomenology of Common Sense. International Journal of Philosophical Studies, v. 21, n. 2, p. 225–255, 2013a.
- CANOVAN, M. Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought. [s.l.] New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1992.
- D'ENTREVES, M. P. Hannah Arendt. Em: Stanford Encyclopedia of Philosophy. [s.l.: s.n.].
- DIAS, Lucas Barreto. Cristalização e desnaturalização do Totalitarismo em Hannah Arendt: a hermenêutica como método para o pensamento político. KRITERION, Belo Horizonte, nº 154, Abr./2023, p. 147-166.
- FREULER, L. La Crise de la Philosophie au XIXe Siècle. [s.l.] Paris: J. Vrin, 1997.
- FRIEDMAN, Michael. A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer, and Heidegger. Chicago: Open Court, 2000.
- HILL, Samantha Rose. Hannah Arendt. London, UK: Reaktion Books, 2021

HINCHMAN, L. P.; HINCHMAN, S. K. In Heidegger's Shadow: Hannah Arendt's Phenomenological Humanism. *The Review of Politics*, v. 46, n. 2, p. 183–211, abr. 1984.

LOIDOLT, S. *Phenomenology of Plurality: Hannah Arendt on Political Intersubjectivity*. [s.l.] New York: Routledge, 2017.

PORTA, M. A. *A Filosofia a partir dos seus problemas*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SCHNÄDELBACH, H. *Philosophy in Germany, 1831-1933*. [s.l.] New York: Cambridge University Press, 1984.

YAQOUB, W. The Archimedean point: Science and technology in the thought of Hannah Arendt, 1951-1963. *Journal of European Studies*, v. 44, p. 199–224, 27 ago. 2014.

YOUNG-BRUEHL, E. *Hannah Arendt: For Love of the World*. [s.l.] Yale University Press, 2004.

A axiomática capitalista e a crise da imaginação contemporânea

Gabriel Prado Rodrigues (UERJ)

gabrielpradow@gmail.com

O objetivo da presente comunicação é propor o diagnóstico de uma crise contemporânea da imaginação, partindo das considerações de alguns autores recentes. Em 1994, o teórico marxista americano Fredric Jameson escreve, em "The Seeds of Time", que "parece ser mais fácil para nós hoje imaginar a completa deterioração da terra e da natureza que o colapso do capitalismo tardio; talvez isso se deva a alguma fraqueza em nossas imaginações" (JAMESON, 1994, p. xii). Em 2009, o filósofo e teórico cultural inglês Mark Fisher retoma a frase de Jameson, no contexto de seu "Capitalist Realism", ao indicar a percepção geral de que "não apenas o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, como também é agora impossível sequer imaginar uma alternativa coerente a ele" (FISHER, 2009, p. 14). A crise da imaginação, para Fisher, é manifesta na impressão coletiva de que o "futuro abriga apenas a reiteração e a re-permutação" (FISHER, 2009, p. 3), de tal modo que mesmo nossas tentativas de figuração ficcional do futuro são "dominadas pelo pastiche e pelo revivalismo" (FISHER, 2009, p. 7). Nos termos do pós-trabalhista italiano Franco Berardi, a época atual é marcada por um "lento cancelamento do futuro" (BERARDI, 2009, p. 13). O que essas perspectivas demonstram é que, às narrativas da crise financeira do capitalismo e da crise climática, deve ser acrescentada ainda a perspectiva de uma crise da imaginação contemporânea. Sua gravidade e singularidade se manifestam no fato de que o comprometimento da faculdade imaginativa se prolonga no comprometimento da capacidade de resolução de problemas, em geral. Nosso segundo referencial teórico é a interpretação do capitalismo como baseado em uma "axiomática", como proposto pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 51). A axiomática é uma noção intrincada e só podemos compreendê-la, no exíguo espaço de que aqui dispomos, de maneira resumida e esquemática. Para Deleuze e Guattari, como para Marx, o capitalismo é, a princípio, uma força revolucionária, pois desestabiliza, desterritorializa, em termos deleuzo-guattarianos, os sistemas socioeconômicos anteriores a ele. Com efeito, a recalcitrante plasticidade do capitalismo cria a ilusão de que ele encarna a figura autêntica da liberdade e da criação. A "desterritorialização" capitalista não deixa de ser, no entanto, relativa: o caos instaurado pelo Capital é subordinado à lógica ou axiomática funcional, que redireciona todo elemento nela enredado ao propósito último da extração de mais-valia. Nesta proposta de comunicação, passando por uma exposição do paradigma epocal em pauta, cujo locus classicus foi consagrado como o "lento cancelamento do futuro", devemos demonstrar a pertinência da associação entre um tal paradigma e o

capitalismo, em seu modelo deleuzo-guattariano, cuja definição será também explanada. Essa associação é já sugerida, por exemplo, por Fisher (2009, pp. 5-6) e Berardi (2009, p.38). Por fim, pretendemos demonstrar, de modo ainda inicial, dada a excessiva amplitude do tema, de que modo a denominada “axiomática” capitalista compromete a imaginação na medida em que, não apenas “bloqueia” seus pontos de abertura, mas aspira a substituí-la efetivamente por um movimento alternativo.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Imaginação. Deleuze e Guattari. Mark Fisher. Axiomática.

REFERÊNCIAS:

- BERARDI, Franco. *After the Future*. Editado por Gary Genosko e Nicholas Thoburn. Versão pdf. 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2014.
- FISHER, Mark. *Capitalist Realism*. Winchester: Zero Books, 2009.
- JAMESON, Fredric. *The Seeds of Time*. Nova York: Columbia University Press, 1994.

Filosofia Moderna

O sufocamento da piedade natural no Discurso Sobre a Desigualdade de Rousseau

Daniel Corrêa Both (UFRGS)

danielboth@gmail.com

O Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens (1755) não só é um marco na história da filosofia, mas também é fundamental para o estudo de inúmeros temas da obra de Rousseau. Um desses temas - talvez um dos mais relevantes ainda na época de sua publicação - diz respeito à passagem do direito natural para as convenções e o direito positivo. Ao formular o que Jean Starobinski chama de “antropologia negativa” (STAROBINSKI, p. 414), Rousseau define o homem natural pela ausência de características condizentes com a civilização, desbastando esse conceito de homem até suas características mais fundamentais, a saber, o amor de si, a piedade, a perfectibilidade e a liberdade, partindo dessa construção mínima para empreender uma história hipotética de desenvolvimento e degeneração. Dentro desse contexto, o amor de si e a piedade são introduzidos no Prefácio do Discurso como “dois princípios anteriores à razão, [i] um deles nos interessa ardentemente por nosso bem-estar e conservação, [ii] o outro inspira-nos uma repugnância natural diante do sofrimento ou da morte de todo ser sensível” (ROUSSEAU, 2020, p. 164), de tal forma que a combinação e concorrência desses princípios dá origem às regras do que chamará de direito natural, diferenciando-se de modelos teóricos clássicos como os de Locke e Hobbes. Em sua teoria, enquanto o amor de si dita de certa forma as motivações de uma ação, a piedade incide sobre o amor de si como uma força moderadora (FORTES, 1976), exercendo caráter limitador sobre essas ações, e constituindo no direito natural um tipo de máxima que antecede a moral e o direito positivo. O problema que abordaremos nesse trabalho surge logo após a introdução dos princípios supracitados: pelo processo de socialização, as regras do direito natural eventualmente perdem espaço e “[a razão] é forçada a restabelecer [essas regras] sobre outros fundamentos, quando, por seus desenvolvimentos sucessivos, ela chegou ao extremo de sufocar a natureza” (ROUSSEAU, 2020, p. 165). A partir dessa afirmação, que é qualificada em outras passagens do Discurso, devemos buscar a compreensão da forma com que a piedade, que tem caráter tão fundamental na moderação dos sujeitos em seu estado natural, pode passar por modificações racionais - sendo que “antecede a razão” - no desenvolvimento humano a ponto de ser substituída por convenções e instituições na sociedade nascente, sofrendo o sufocamento de seu caráter natural. Para atingir esse objetivo, observaremos a caracterização

da piedade no Discurso, qualificando-a com o mecanismo de ativação social dessa paixão exposto no capítulo IX do Ensaio Sobre a Origem das Línguas (1781), e reconstruindo o percurso entre as figuras de homem natural e social na antropologia rousseuniana em seu movimento de degeneração da história hipotética, que por sua vez dá espaço para críticas e reconstruções como a de NEUHOUSER (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau. Piedade. Natureza. convenções.

REFERÊNCIAS:

- FORTES, Luís Roberto Salinas. Rousseau: da teoria à prática. São Paulo: Ed. Ática, 1976.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Escritos Sobre Política e as Artes. Organização Pedro Paulo Pimenta. Tradução Pedro Paulo Pimenta [et al]. São Paulo: Editora UBU/UnB, 2020.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Ensaio Sobre a Origem das Línguas. Tradução de Fulvia Moretto. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.
- NEUHOUSER, Frederick. Theodicy of Self-love: evil, rationality and the drive for recognition. Oxford University Press, 2008.
- STAROBINSKI, Jean. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

O Luxo, artífice do etnocentrismo: a crítica de Rousseau ao refinamento dos costumes e seus apologistas

Breno Bertoldo Dalla Zen (UCS)

bbdzen@ucs.br

A investigação que aqui propomos se desdobra a partir da crítica de Jean-Jacques Rousseau aos costumes europeus no Século XVIII, que diverge do pensamento iluminista ao responsabilizar a difusão do luxo pelo avanço dos interesses individuais e pela expansão das desigualdades. Mais que isso, o luxo teria propagado a noção de que só os povos europeus seriam realmente civilizados, uma vez que o refinamento dos costumes poderia supostamente lhes garantir noções legítimas de satisfação; aos outros povos, sobrava a alcunha de “bárbaros” ou “selvagens”. Para Rousseau, a história humana é uma história de degeneração dos costumes, e não de aprimoramento; o progresso cultural galgado pelo ocidente estaria tomado por excessos: junto do luxo e do refinamento do gosto, do avanço das ciências, das artes e do comércio, as sociedades europeias teriam provado o avanço da desigualdade e dos governos despóticos, da submissão política, da perda da liberdade, de vícios relacionados aos interesses individuais. Esta visão distingue radicalmente Rousseau de seus contemporâneos: na França do Século XVIII, o movimento enciclopedista vivia um momento de fruição, de grande determinação entre os intelectuais, que estavam a exaltar a expansão dos conhecimentos humanos e de um suposto domínio sobre a natureza; por todo o território europeu, o comércio era celebrado como um real aprimoramento dos negócios nacionais, o que permitia que as nações se tornassem mais ricas e o povo, presumidamente livre – mesmo que muitas vezes às expensas de outros povos, vítimas do espólio e da colonização. O que buscamos averiguar é se, de fato, é possível afirmar que o luxo teria operado, no desenvolvimento dos costumes ocidentais, como um artífice do etnocentrismo. Questionamos se é a partir do luxo que as noções ocidentais de polidez e de civilidade se consolidam – seja a partir da instituição da propriedade privada, da dependência material ou da desigualdade de riquezas. Ora, quando se desdobra a ideia de que o luxo eleva as nações a uma condição promissora e superior, podemos pensar se esta condição também lhes confere permissão para sugerir que outros povos viveriam em níveis “inferiores” de civilização, e por vezes concluir que estes não compreendem o “elevado nível de satisfação” conquistado a partir do que se supõe ser o refinamento do gosto.

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau. Luxo. Etnocentrismo. Iluminismo. história dos costumes. refinamento do gosto.

REFERÊNCIAS:

- ARCO JUNIOR, M.D.B. O olhar distanciado: o programa etnológico de Rousseau. *Revista Discurso*. São Paulo, vol. 49, no. 2, dezembro de 2019.
- BACHOFEN, B. O selvagem, os selvagens: teoria das sociedades iniciadas. In: MOREIRA, L.O. LINS, F.O. NASCIMENTO, M.M (Org). *Os selvagens de Rousseau*. Campinas: Editora Phi, 2021. p. 31-52.
- BUFFON. *História natural*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- DERATHÉ, R. Jean-Jacques Rousseau e a ciência política de seu tempo. Trad. de Natalia Maruyama. São Paulo: Editora Barcarolla; Discurso Editorial, 2009.
- DIDEROT, D. D'ALEMBERT, J. L. R. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios – Volume 5 – Sociedade e artes*. Trad. de Maria das Graças de Souza... [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- FORCE, P. *Self-interest before Adam Smith: a geneology of economic science*. Cambridge: University press, 2003.
- FORTES, L. R. S. *Rousseau: da teoria à prática*. 2ª edição. São Paulo: República do Livro/Discurso Editorial, 2021.
- FREITAS, J. Considerações sobre o gosto em Rousseau. In: MARQUES, J. O. A. (org.). *Reflexos de Rousseau*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- GOLDSCHMIDT, V. *Anthropologie et politique: les principes du système de Rousseau*. Paris: Librairie Philosophique J. Vein, 1983.
- JÚNIOR, C. L. B. VARGAS, T. Rousseau integral, em duas versões. *Revista Discurso*, vol. 47, no. 2, 2017.
- LAMBERT, G. Rousseau's contest with the colonial tactics of french culture. *History of european ideas*, vol. 19, no. 4-6, 1994.
- LEITE, R. A. V. Rousseau e Mandeville: entre o luxo e a árvore oca. *Revista DoisPontos*. Curitiba, vol. 16, no. 1, agosto de 2019.
- _____. A querela do luxo por Voltaire e Rousseau. *Revista Inquietude*. Goiânia, vol. 2, no. 1, jan/jul 2011.
- LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. In: *Antropologia estrutural dois*. Trad. de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MANDEVILLE, B. *A fábula das abelhas ou vícios privados, benefícios públicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MARQUES, J. O. A. Rousseau, fundador das ciências do homem? In: MARQUES, J. O. A. (org.). *Verdades e mentiras: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

- MONZANI, L. R. Desejo e prazer na idade moderna. Curitiba: Champagnat, 2011.
- NEUHOUSER, F. Rousseau's theodicy of self-love: evil, rationality, and the drive for recognition. New York: Oxford University Press, 2008.
- PRADO JR, B. A retórica de Rousseau. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre as ciências e as artes. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Ensaio sobre a origem das Línguas. Carta a d'Alembert sobre os espetáculos teatrais. Do contrato social ou princípios do direito político. In: Rousseau – Escritos sobre a política e as artes. Trad. de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza... [et al.]. São Paulo: UBU Editora/Editora UNB, 2020.
- _____. Textos de intervenção política. Trad. Thiago Vargas. São Paulo: Unesp, 2022.
- _____. Œuvres choisies. Paris: Garnier, 1954.
- _____. The collected writings of Rousseau. Hanover: University Press of New England, 1992.
- _____. Prefácio de Narciso ou o amante de si mesmo. In: Coleção Os Pensadores, vol. XXIV. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1973.
- _____. Carta a Cristophe de Beaumont e outros escritos sobre religião e a moral. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- _____. Emílio ou da educação. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- _____. Sobre o Contrato Social ou Ensaio sobre a forma da República conhecido como Manuscrito de Genebra. In: Rousseau e as relações internacionais. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- _____. As confissões. Trad. de Wilson Lousada. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1979.
- _____. O luxo, o comércio e as artes. Cadernos de ética e filosofia política. São Paulo, no. 31, 2º semestre de 2017.
- SOUZA, M. G. Ilustração e história: o pensamento sobre a história no iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TORRES, J. C. B. Figuras do estado moderno. Brasília: Editora Brasiliense, 1989.
- VARGAS, T. Trabalho e ócio: um estudo sobre a antropologia de Rousseau. São Paulo: Alameda, 2018.
- VAUGHAN, C. E. The political writings of Jean-Jacques Rousseau. Cambridge: University Press, 1915.
- VOLTAIRE. A filosofia da história. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. Le mondain – Edition augmentée. Paris: Arvensa Éditions, 2020.
- _____. Cartas iluministas: correspondência selecionada e anotada. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Dicionário filosófico. São Paulo: Montecristo, 2021.

_____. Cartas inglesas. In: Coleção Os Pensadores, XXIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

A sociabilidade, as paixões na natureza humana e o impulso para a formação social em Kant

Jéssica de Farias Mesquita (UFRGS)

jmesquita76@yahoo.com.br

Este trabalho tem como propósito apresentar alguns elementos que contribuem para a formação da sociedade, utilizando uma abordagem interpretativa de determinados passagens das obras de Immanuel Kant. O objetivo consiste em fortalecer o argumento delineado em torno da concepção de natureza humana e sua intrínseca vinculação com a noção de sociabilidade (*Geselligkeit*), buscando elucidar de que maneira a natureza humana direciona as paixões no curso do processo de formação social. Explicitamente, se as paixões, conforme delineadas na obra *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), impulsionam o ser humano a ingressar na sociedade, essas mesmas paixões também podem desagregar o tecido social. Nesse contexto, a dualidade da natureza humana encontra equilíbrio na capacidade de união, assegurando que tais paixões não comprometam a coesão social, enquanto, paradoxalmente, essas mesmas paixões impulsionam a formação da sociedade. Portanto, a sociabilidade, enquanto componente inerente à natureza humana, atua como força propulsora da sociedade e possibilita o desenvolvimento de disposições humanas por meio da interação social. Destarte, a abordagem proposta nesta investigação visa evidenciar em que medida a natureza humana se revela dotada de potencialidade para o processo de formação social.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade. Paixões. Natureza Humana. Kant.

REFERÊNCIAS:

- ARENDDT, Hannah. Lições sobre a filosofia política de Kant. Trad. André Duarte de Macedo. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1994.
- JACOBS, Brian; KAIN, Patrick (Ed.). *Essays on Kant's anthropology*. Cambridge University Press, 2003.
- KANT, I. *Mutmaßlicher Anfang der Menschengeschichte* (1786). In: *Ausgewählte kleine Schriften*. Felix Meiner Verlag, 1969.
- KANT, I. *Início conjectural da história humana* (1786). Trad. Joel T. Klein. In: *Etic@*, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 157-168, 2009.

KANT, I. *Crítica da faculdade de julgar* (1790). Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis – RJ: Vozes; Bragança Paulista – SP: Editoria Universitária São Francisco, 2016. KANT, I. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht* (1784). In: *Ausgewählte kleine Schriften*. Felix Meiner Verlag, 1969.

KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784). Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798). Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Editora Iluminuras, 2006.

KANT, I. *Reflexões de antropologia: sobre a capacidade de conhecer* (Primeiro livro). Trad. Daniel Omar Perez. São Paulo: Instituto Langage, 2021.

KERSTING, Wolfgang. *Política, liberdade e ordem: A filosofia política de Kant*. Kant. São Paulo: Ideias e Letras, p. 409-437, 2009.

KLEIN, Joel T. *Kant e a ideia de uma história universal*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

LOUDEN, Robert B. *Kant's human being: essays on his theory of human nature*. Oxford University Press, 2011.

O outro lado da moeda chamada Modernidade: utopia e esperança em Kant e Adorno

Alan Duarte Araújo (UFU)

duartealanaraujo@hotmail.com

O presente trabalho almeja elucidar os sentidos do conceito de modernidade, destacando seu âmago contraditório e as implicações teórico-práticas dessa contradição. Para tanto, recorre-se à obra do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), enquanto expressão intelectual paradigmática da modernidade, na medida em que o autor põe em relevo noções que nos parecem centrais para compreender a especificidade de sua época, as quais estão reunidas nas suas reflexões sobre a História e o progresso humano, no contexto do Esclarecimento (*Aufklärung*) que luta por se efetivar. Reporta-se, sobremaneira, ao seus *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita e À paz perpétua*. Entende-se ser possível extrair dessas reflexões uma ideia de utopia que, malgrado necessite ser depurada de certos excessos idealistas, finda por representar uma perspectiva que dialoga com a Teoria Crítica, notadamente com Theodor Adorno (1903-1969), em obras como *Dialética do Esclarecimento*, *Minima Moralia* e *Palavras e sinais*. Adorno, muito embora demonstre os limites e a falência de certas noções centrais na construção teórica dos sentidos de modernidade, como a ideia de progresso histórico irrefreável e de esclarecimento progressivo, não simplesmente descarta os conceitos em questão, mas busca, à sua maneira, resgatar o seu núcleo crítico. O que significa, em outros termos, que o filósofo “frankfurtiano” opera o exercício dialético de uma crítica imanente, tensionando os conceitos investigados, não mediante critérios exteriores, oriundos do pensamento representativo, tampouco se limitando a descartá-los como destituídos de valor, algo que, em certa medida, perfaria a negação abstrata e sumamente cética que a dialética moderna, mesmo em sua elaboração especulativa, evitava incidir. Procura-se demonstrar, a partir desse tensionamento contemporâneo e crítico de categorias modernas, um conceito de utopia (concreta), tal como disposto nas obras tardias de Adorno, que possua força crítica o suficiente para se contrapor ao predomínio do mundo administrado e de sua asfixia das perspectivas esperançosas de emancipação plena. Desta maneira, é possível argumentar que a pesquisa se justifica em razão da exposição concreta do método dialético adorniano de pensar, demonstrando, além disso, novas perspectivas no seu pensamento, não condizente com a imagem de “melancolia” que parece reinar entre os primeiros Teóricos Críticos, sobretudo naquele que elabora uma dialética negativa. Desta sorte, pretende-se, ao fim da

investigação, ter respondido à pergunta: o que significa ser moderno e em que medida isto ainda nos concerne?

PALAVRAS-CHAVE: Utopia concreta. Dialética negativa. Esclarecimento.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W. Introdução à dialética. Tradução de Erick Calheiros de Lima. São Paulo: Unesp, 2022.

_____. Mínima Moralía. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ática, 1992.

_____. Palavras e sinais: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W.; BLOCH, Ernst. Qualcosa manca... Sulle contraddizioni dell'anelito utopico. In: BLOCH, Ernst (Org.). Speranza e utopia. Tradução de Eliano Zigiotta. Milano: Mimesis, 2022, pp. 56-74.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: COELHO, Teixeira (Org.). A modernidade de Baudelaire. Tradução de Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 159-212.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. Tradução de Rubens R. T. Filho e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Ernst. O princípio esperança: volume 1. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.

_____. Speranza e utopia: conversazioni 1964-1975. Tradução de Eliano Zigiotta. Milano: Mimesis, 2022.

DESCARTES, René. Discurso do método. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2015.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982 – 1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal [1822;1830]. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. Princípios da Filosofia do Direito. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KANT, Immanuel. À paz perpétua: Um projeto filosófico. Tradução de Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

_____. Crítica da Razão Pura. Tradução de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. Crítica da Razão Prática. Tradução de Monique Hulshof. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. Conjectures sur les débuts de l'histoire humaine. In: PIOBETTA, Stéphane (Org.). Kant: la philosophie de l'histoire. Tradução de Stéphane Piobetta. Paris: Éditions Montaigne, 1947a, pp. 26-45.

_____. Essai pour introduire en philosophie le concept de grandeur négative. 2. ed. Tradução de R. Kempf. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1991.

_____. Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita. 3. ed. Tradução de Ricardo Ribeiro Terra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. Le conflit des Facultés. In: PIOBETTA, Stéphane (Org.). Kant: la philosophie de l'histoire. Tradução de Stéphane Piobetta. Paris: Éditions Montaigne, 1947b, pp. 163-179.

_____. Réponse à la question: qu'est-ce que "les lumières"?. In: PIOBETTA, Stéphane (Org.). Kant: la philosophie de l'histoire. Tradução de Stéphane Piobetta. Paris: Éditions Montaigne, 1947c, pp. 26-45.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Filosofia Política

As figuras do político em Nancy Fraser

Regina Brunet Alencar e Silva (UFRGS)

Brunet.alencar@gmail.com

Nas democracias contemporâneas, diversas vozes e causas têm emergido e ganhado espaço na esfera pública de debate. Os debates feministas, antirracistas, e tantos outros agora fazem parte da agenda de debates políticos e são centro de polarização de opiniões. Embora parte do debate público, as necessidades dos grupos subalternos não são acolhidas com prioridade nos espaços institucionais ou reconhecidas como pautas políticas por agentes dos Estados. Grupos dominantes organizam a deslegitimação desses debates e a marginalização dos públicos dominados, especialmente a partir de sua exclusão da participação política. Se por um lado é difícil que os sujeitos de públicos contra-hegemônicos cheguem em cargos institucionais do Estado, por outro, mesmo ao alcançar esses espaços encontram dificuldades de legitimação plena para exercício do poder. E mais: em um contexto de crise do capitalismo e da democracia, o próprio papel do Estado é posto em discussão. Ao analisar as categorias de públicos contra-hegemônicos, representação e crise na obra de Nancy Fraser, pretendo dar destaque e avaliar a dimensão mais propriamente política de sua teoria da justiça e sua compatibilidade com uma análise contemporânea da autora sobre a crise do capitalismo. Em 1989 no texto “Struggle Over Needs”, as suas teses eram organizadas a partir de uma reflexão da ação e dos atores dos processos políticos de base e pareciam possuir um foco no âmbito informal da política em um contexto de Estado de Bem-Estar Social. Já em 2009 na obra “Scales of Justice”, escrito em um contexto de globalização, suas reflexões passam a ter um caráter mais normativo e relativo aos procedimentos formalmente institucionalizados da política. Em “Cannibal Capitalism” (2022), escrito pós crise financeira mundial, eleição de Trump e Bolsonaro, Brexit, etc. a autora passa a focar em uma análise sobre o capitalismo, suas crises e efeitos, e abandona um horizonte normativo de uma teoria da justiça. Embora aparentemente complementares, a mera combinação desses conceitos parece não resolver o problema de estabelecer quais seriam os caminhos para construção de uma alternativa política que consiga fazer com que os públicos contra-hegemônicos tenham efetivamente paridade de participação nos espaços de construção e representação política em um cenário de fragilização do Estado. Esse trabalho pretende, portanto, refletir sobre as diferentes formulações que Fraser oferece da política nas diferentes fases de sua teoria.

PALAVRAS-CHAVE: política. Crise. Representação. contra-públicos. paridade de participação. teoria da justiça.

REFERÊNCIAS:

FRASER, N. *Unruly Practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

_____. *Justice Interruptus. Critical reflections on the “postsocialist” condition.* New York: Routledge, 1997.

_____. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World.* Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. *Cannibal Capitalism. How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet and What We Can Do about It.* London: Verso, 2022.

FRASER, N.; HONETH, A. *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange.* New York: Verso, 2003.

O problema da civilização em Sigmund Freud e Herbert Marcuse

Felipe Ravison Paveglio (UFRGS)

felipepaveglio@gmail.com

A presente apresentação tem como objetivo oferecer um panorama geral sobre o problema da civilização dentro das obras de Sigmund Freud e de Herbert Marcuse. Freud compreende que a civilização tem como condição necessária a renúncia da satisfação instintual por parte de seus indivíduos, e que tal renúncia leva aos “mal-estares” presentes na civilização. O autor afirma que a civilização ergueu-se sob o pretexto de trazer mais segurança e menos sofrimento ao homem, compartilhando com Hobbes a visão acerca do estado de natureza, no qual reina a desconfiança, o medo, a violência e o sofrimento, e que uma ordem civilizacional poria fim a tais sofrimentos. Porém, paradoxalmente, ao analisar a civilização, Freud percebe que essa mesma civilização, a qual supostamente nos defenderia dos males e sofrimentos do barbarismo, nos causa sofrimento e é a principal causa de neurose. Freud não vê saída para isso, a civilização reprime nossos instintos, e a infelicidade gerada por tal repressão é o preço a se pagar para viver numa civilização. A gratificação integral dos instintos levaria o homem a regressar a um barbarismo, tendo em vista que vivemos em um mundo escasso, ou seja, não é possível satisfazer todas as necessidades de todos os seres humanos ao mesmo tempo. Em um diálogo direto com Freud, o filósofo frankfurtiano Herbert Marcuse, em sua obra “Eros e Civilização”, busca trazer uma alternativa ao pessimismo freudiano frente à civilização. O autor afirma que Freud não percebeu que em sua teoria havia um caráter sócio-histórico, os mesmos conceitos que levaram Freud à sua visão pessimista da civilização escondem a possibilidade de inferir uma sociedade não-repressiva, onde não há a repressão dos instintos e os indivíduos são livres para satisfazer seus desejos. Como dito pelo próprio autor, essa noção de civilização se trata de uma extrapolação dos conceitos freudianos, e mesmo que Freud tenha negado a possibilidade de uma civilização não-repressiva, afirmando que a não-repressão levaria ao barbarismo, Marcuse vai mais afundo na teoria freudiana do que seu próprio criador. Apesar de ter sido publicada em 1955, os conceitos apresentados na obra “Eros e Civilização”, como mais-repressão, princípio de desempenho e princípio do Nirvana, são atualíssimos. A partir desses conceitos e da perspectiva apresentada na obra podemos refletir a respeito da sociedade capitalista ocidental sob uma ótica freudo-marxista, e temos assim os instrumentos necessários para fazer um diagnóstico das patologias que acometem as sociedades sob o capitalismo tardio, o qual, aliado ao consumo, à “genitalocentricidade”, a repressão intensa aos prazeres e ao limitado tempo de lazer estão levando a um cada vez mais crescente número

de problemas psicológicos e fazendo emergir uma sociedade de melancólicos reprimidos (ou melancólicos “por repressão”).

PALAVRAS-CHAVE: Freud. Marcuse. Civilização. Psicanálise. Teoria Crítica.

REFERÊNCIAS:

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 11: Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização, 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCUSE, Herbert. O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

ROUANET, Sérgio Paulo. Teoria crítica e psicanálise. 2 edição. Tempo Brasileiro, 1986.

JAY, Martin; RIBEIRO, Vera. A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Contraponto Editora, 2020.

Fenomenologia

O conceito de historicidade na fenomenologia husserliana

Karine Boaventura Rente Santos (UFRGS)

boaventurarente@gmail.com

A presente comunicação tem como principal objeto a história enquanto historicidade na fenomenologia transcendental tratada na terceira fase do pensamento de Edmund Husserl, o qual é complementado pelos objetivos secundários de contextualização do tema da história na fenomenologia husserliana, a explicitação da generatividade como estrutura dos fenômenos sócio-históricos e a apresentação do método retrospectivo histórico crítico como ferramenta para a compreensão da história. Como esclarecimento preliminar, a investigação lida com a origem e a justificativa do surgimento do tema da história como problema intrínseco ao pensamento de Husserl em contraponto, de um lado, à motivação externa da abordagem da história dado o contexto intelectual da época e, do outro, ao aparente conflito da abordagem idealista e o problema da história. Na sequência, o texto se dirige ao tema da história com foco na estrutura a ela atribuída da generatividade por meio da qual os fenômenos de natureza intersubjetiva e temporalização sócio-histórica ocorrem, diferenciando-a das formas estáticas e genéticas atribuídas aos fenômenos de outras qualificações. Com base nos esclarecimentos sobre a generatividade, a história passa a ser conceituada nos termos de historicidade relativa aos desenvolvimentos particulares pertencentes a cada comunidade ao longo das gerações. Aqui a historicidade surge como um legado partilhado interpessoal e intergeracionalmente no interior de uma comunidade que reúne motivações, crenças, valores e metas e que fornece a cada um dos indivíduos pertencentes a essa comunidade um contexto histórico-cultural orientador da sua ação no mundo. Por fim, o método do estudo retrospectivo histórico e crítico é endereçado enquanto ferramenta para a análise do processo de formação do legado que constitui a historicidade de cada comunidade identitária, de forma que o modo de procedimento e os objetivos desse método sejam introduzidos e relacionados com o objetivo principal da investigação. Assim, a historicidade é conceituada como a unidade do tornar-se de uma comunidade identitária em seu legado, suas atualidades e potencialidades generativamente constituídas.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia. História. Historicidade. Generatividade. Estudo Retrospectivo.

REFERÊNCIAS:

Anais da Semana Acadêmica de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS (2023)

DRUMMOND, John J. Historical dictionary of Husserl's philosophy. Lanham: The Scarecrow Press, 2008.

HUSSERL, Edmund. A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. Meditações Cartesianas e Conferências de Paris. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. INGARDEN, Roman. What is new in Husserl's 'Crisis'. In: The Later Husserl and the Idea of Phenomenology. Springer, Dordrecht, 1972. p. 23-47.

LANDGREBE, Ludwig. A Meditation on Husserl's Statement: "History is the grand fact of absolute Being". The Southwestern Journal of Philosophy, v. 5, n. 3, p. 111-125, 1974.

MORAN, Dermot. Husserl's crisis of the European sciences and transcendental phenomenology: An introduction. Cambridge University Press, 2012.

RICOEUR, Paul. Husserl e o sentido da história. In: Na escola da fenomenologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ZAHAVI, Dan. Husserl's intersubjective transformation of transcendental philosophy. Journal of the British Society for Phenomenology, v. 27, n. 3, p. 228-245, 1996.

Sobre o conceito de angústia no texto *Ser e tempo* de Martin Heidegger

Nathalia Rodrigues (UFRGS)

nathalia.rod@outlook.com

O presente texto aponta aspectos centrais do conceito de angústia presente no § 40 de *Ser e tempo*, obra magna do filósofo Martin Heidegger publicada originalmente em 1927. Nesta obra, Heidegger visa explicitar a questão do sentido do ser, e para isso ele faz uso, em primeiro lugar, da descrição do ente que compreende ou tem a capacidade de compreender o ser, este ente “nós o somos”, pois somos nós que perguntamos pelo sentido do ser. O autor está voltado, portanto, para a tarefa de examinar e descrever *Dasein*, apontando suas características, seus modos de ser, e seus existenciários. Em *Ser e Tempo* percebemos que o autor concede um espaço privilegiado ao que ele denominará *Befindlichkeit* apontando-o como um existenciário fundamental e de igual originariedade a outros existenciários como o *verstehen*, por exemplo, (termo usado para tratar do entender-se, da razão). No português, o termo *Befindlichkeit* foi traduzido por Fausto Castilho, como encontrar-se, e refere-se a como alguém se encontra, como alguém está. Ônticamente a *Befindlichkeit* é lida como estado-de-ânimo. A *Befindlichkeit* é um dos existenciários que compõem a estrutura ontológica de *Dasein*. Ao descrever a estrutura ontológica de *Dasein*, ente que possui o mesmo modo de ser que ser humano, notamos que trata-se de um existenciário que fundamental de *Dasein*, que diz como alguém se encontra. O estado-de-ânimo abre o *Dasein* para que ele se veja, então, ele se vê enquanto seu próprio ser que é finito e aberto, entregue à responsabilidade do que faz a si mesmo. Essa responsabilidade lhe pesa, se mostra como um fardo a carregar. Assim sendo, a *Befindlichkeit* é o que permite *Dasein* se enxergar enquanto *Dasein*, enquanto não condicionado, enquanto finito e responsável por seu próprio ser, portanto, pesado e fardo de si mesmo. Embora a *Befindlichkeit* seja o existenciário que permite *Dasein* uma abertura de mundo, não é todo e qualquer estado-de-ânimo que leva *Dasein* a um estar-diante-de-si-mesmo-enquanto-tal. O estado-de-ânimo que isso permite, Heidegger denomina angústia. A angústia é o estado-de-ânimo que retira *Dasein* de sua decadência cotidiana de seu estar comumente perdido em seu modo-de-ser em a-gente. Na angústia *Dasein* volta-se para si mesmo, enquanto si mesmo. A angústia isola *Dasein* do “mundo” e o impede de entender o “mundo” e a si mesmo a partir da interpretação cotidiana. Nesse sentido a angústia permite que nos apercebamos como seres não estáveis, como entes abertos, lançados no mundo, como projetos que precisam se

construir. Neste encontrar-se Dasein permanece no “mundo”, mas desta vez, suspenso dele, pois, na angústia o “mundo” perde a cor e a graça, não há nada que lhe “toque”, as coisas perdem seus sentidos porque não interessam a Dasein. Na angústia Dasein se sente estranho, pois aquilo que lhe é familiar “se perde”. A angústia é o encontrar-se fundamental justamente por retirar Dasein de sua decadência cotidiana, de seu modo-de-ser em a-gente, distraído de si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Encontrar-se. estado-de-ânimo. Dasein.

REFERÊNCIAS:

- BOUTOT, Alain. Introdução à filosofia de Heidegger. Publicações Europa-América. 1991.
- CERBONE, David R. Fenomenologia. Petrópolis (RJ) Tradução: César Souza. Editora Vozes, 2014.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Os pensadores: Heidegger – Vida e Obra. São Paulo (SP) Editora Nova Cultural, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. Os pensadores - Heidegger. São Paulo (SP) Tradução: Ernildo Stein. Editora Nova Cultural, 1999.
- _____ Ser e tempo. Tradução: Fausto Castilho. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014
- INWOOD, M. Dicionário Heidegger. Tradução: Luiza Buarque de Holanda. Jorge Zahar Editor, 2002.
- NHEME, Magnus Carlotto. Ser-para-a-morte em Heidegger. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/241865> > Acesso em: 12/04/2023
- WERLE, Marco Aurélio. A angústia, o nada e a morte em Heidegger. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/trans/a/JLXMqcxLdXLsBdmwKwFbTHg/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 05/04/2023.

Simultaneidade e alternância: desdobramentos da teoria da causalidade (causa e efeito) a partir de Ser e tempo de Martin Heidegger

Wilian Mauri Friedrich Neu (UFRGS)

wilianfriedrichneu@gmail.com

A teoria da causalidade ou princípio da razão suficiente pressupõe a tese de que existem ligações internas entre as coisas e se formaliza pela seguinte equação: “Dado A, necessariamente teremos B”. Explicita-se como lei universal para muitas culturas. Com Hermes Trismegisto, a sexta lei hermética assume o seguinte postulado: “Existe uma causa para cada efeito e um efeito para toda causa”. Issac Newton a denominou como “ação e reação”. A teoria da causalidade implica inúmeras discussões, dentre as quais, destacam-se: a existência ou não do acaso e a compreensão da causalidade enquanto antecedente (causa) e consequente (efeito). Em *Ser e tempo*, Heidegger explora uma via ontológica do fenômeno da temporalidade. Sua descrição do tempo constitui uma abertura para um possível desdobramento da tese da causalidade. O resumo apenas expõe hipóteses, enquadrando-se no eixo temático: “metafísica e epistemologia.” O objetivo principal é examinar a teoria da causalidade sob um novo viés, tematizado a partir da compreensão da temporalidade elaborada em *Ser e tempo*. Visa responder ao seguinte problema: causa e efeito são fenômenos que precisam ser entendidos como, respectivamente, antecedente e consequente? Noutras palavras, a teoria da causalidade pode ser assumida enquanto ação e reação temporalmente estruturadas como antecedente (causa) e efeito (consequente)? A justificativa da pesquisa se dá pela importância epistemológica da teoria da causalidade. O método é o bibliográfico. Tradicionalmente se assume, regra geral, como padrão lógico-epistemológico a ideia de que tudo se dá a partir da lei da causalidade, entendendo-se que causa é algo anterior, é ação, e efeito é consequente, é resultado, é reação. Entende-se a lei da causalidade como estando submetida ao fenômeno temporal objetivo-físico e que, por consequência, estaria em um plano de ordem temporalizante entendida, habitualmente, de modo que a “causa” seria algo logicamente situada em um “tempo anterior” ao “efeito”. A experiência temporal como estrutura da existência em *Ser e tempo* nos permite questionar: é possível experienciar o efeito como sendo anterior ou simultâneo à causa? A hipótese suscitada é de que o modo como o ser humano lida psicológica-existencialmente com o fenômeno temporal implica que causa e efeito não sejam sucessivos e nem mesmo, em grande parte, vividas como “passado-presente-futuro”. Causa e efeito podem ser

experienciados como simultâneos ou mesmo o efeito determinar a causa. A tarefa do ser de Dasein é ser a cada vez, ter que escolher ser. Implica compreender a vivência do tempo e articular o presente a partir do quanto estamos projetados ao futuro e, dessa projeção e seus efeitos, agir no instante. Visto uma roupa porquanto entendo o efeito causante em um lugar, um público. Do quanto interpreto a mim mesmo em meus possíveis resultados-de-ser na projeção, modulo-me na ação, agora não determinada pela causa e sim pelas múltiplas possibilidades dos efeitos. A reação projetada no modo-de-ser do possível efeito articula o ser-atual. Tese: há alternância e simultaneidade na causa e efeito experienciadas temporalmente nos fenômenos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Simultaneidade e alternância. teoria da causalidade. Temporalidade.

REFERÊNCIAS:

- ARISTÓTELES, *Categorias. Da Interpretação*. Col. Obras Completas de Aristóteles, Volume I, Tomo II. 1ª Edição, ISBN 978-972-27-2377-0: Universidade de Lisboa: Portugal, 2016.
- BOUTOT, Alain. *Introdução à Filosofia de Heidegger*. Trad. Francisco Gonçalves. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.
- TRÊS INICIADOS. *O Caibalion: Estudo da filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia*. São Paulo: Editora Pensamento, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Tradução de Fausto Castilho. Ser e Tempo (1927)*. Edição Bilingue. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

A terapêutica da história: implicações da assunção de um olhar ético hermenêutico à teoria/filosofia da história

Henrique Melati Pacheco (UNISINOS)

contatomelati@live.com

Nesta comunicação, volta-se para as implicações das crises contemporâneas nos entendimentos e sentidos da História. Assim, inserida na temática da teoria e filosofia da história contemporânea, seguindo a questão: “quais as implicações da assunção de um olhar ético hermenêutico à teoria e filosofia da história?” esta pesquisa objetiva apresentar um diálogo entre o campo da teoria/filosofia da história e a ética hermenêutica filosófica, e suas implicações na construção de uma abordagem terapêutica à história. O diálogo se torna possível em um duplo movimento: do deslocamento de um momento narrativista (final do séc. XX) para um momento da presença (início do séc. XXI) na teoria e filosofia da história, e de um deslocamento na atenção da história das repercussões para o cultivo da alma na tradição da hermenêutica filosófica. Tomando o campo da teoria e filosofia da história enquanto objeto principal, busca-se, inicialmente, caracterizar o momento experiencial da presença da teoria e filosofia da história, através dos trabalhos de Ankersmit (2007), Runia (2015), Kleinberg (2017), Kukkaanen [org.] (2021) e Ohara (2022); feito isso, se examina os diálogos já realizados entre a teoria e filosofia da história e a hermenêutica filosófica, especialmente aquele proposto por Ankersmit (2007), que apontou para impossibilidade de uma teoria e filosofia da história pós-narrativista (ou textualista) em Gadamer (1997). Em seguida, advogando pela assunção de um olhar ético hermenêutico à filosofia e teoria da história, especialmente assentado nas ideias de saúde e terapia (Gadamer, 2006), busca-se sistematizar os resultados do diálogo, e sustentar a tese de que é possível vislumbrar um caráter terapêutico à história. A terapêutica da história, por fim, enquanto uma visada ética hermenêutica à teoria e filosofia da história, se torna uma abordagem pertinente ao momento experiencial da presença na teoria/filosofia da história, que se preocupa com as relações não-mediadas pela linguagem entre o presente e os traços do passado.

PALAVRAS-CHAVE: teoria e filosofia da história. ética hermenêutica. terapêutica da história.

REFERÊNCIAS:

- ANKERSMIT, Frank. *La experiencia histórica sublime*. México: FCE, 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. *O caráter oculto da saúde*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GADAMER, Hans-Georg. *Plato's Dialectical Ethics. Phenomenological Interpretations Relating to the Philebus*. New Haven and London : Yale University Press, 1991.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- KLEINBERG, Ethan. *Haunting history: A Deconstructive Approach to the Past*. Stanford: Stanford Press, 2017.
- KUUKKANEN, J-C. (ed.), *Philosophy of History. Twenty-First-Century Perspectives*. London and New York: Bloomsbury Academic, 2021.
- OHARA, João. *Theory and Philosophy of History: Global Variations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- RUNIA, Eelco. *Moved by the past: Discontinuity and Historical Mutation*. Columbia: Columbia University Press, 2014.
- SCHIMIDT, Dennis. *Hermeneutics as Original Ethics*. In: SHIMIDT, Dennis; SHANNON, Sullivan. *Difficulties of ethical life*. Fordham University Press, 2008. p. 35-51.

Epistemologia e Filosofia da Ciência

A respeito da responsabilidade em Levinas e a Educação

Cleusa Távora de Carvalho (UCS)

cleusa.tavora@gmail.com

Este trabalho resulta de pesquisa teórica fundamentada na obra de Levinas e tem como objetivo olhar a educação sob a perspectiva da responsabilidade segundo esse filósofo que concebeu a ética como filosofia primeira. A noção de responsabilidade em Levinas se dá a partir do rosto do outro: “O rosto abre o discurso original, cuja primeira palavra é obrigação que nenhuma ‘interioridade’ pode evitar”. Levinas (2008, p.195). Nesse sentido, Ruiz (2008,p.146), menciona: A entrada do outro na minha existência, em especial o outro que sofre, traz consigo uma interpelação. O outro que sofre entra na minha vida sem prévio aviso e me questiona antes que eu consiga reagir. O outro, ao introduzir-se sem prévio aviso e antecipando-se a minha liberdade, provoca uma interpelação à minha consciência. Uma vez que o outro está presente em mim, eu não posso mais fechar os olhos para ele. O rosto é apelo, súplica e exigência. O rosto não tem a forma da face humana, é uma imagem que traz uma interpelação ética que nos responsabiliza. Dessa maneira, Levinas nos conduz à percepção de que a liberdade não é livre, pois a responsabilidade para com o outro fala mais alto. Por sua vez, a responsabilidade é resposta que o outro, manifestando seu rosto, exige de mim. Nessa perspectiva, é possível se pensar responsabilidade pelo outro em educação? No contexto educacional, a manifestação do rosto nos responsabiliza essencialmente com a formação humana sem a qual, ela se restringiria à materialidade do ensino. Isto seria possível? Se fosse, deixaria de chamar-se educação, seria “Desenvolvimento” ou “Treinamento”, sem preocupação do aprimoramento humano. Na Escola, é no espaço da intersubjetividade que o processo educativo se desenvolve como encontro. Na aproximação, a iniciativa vem principalmente do outro, de outrem. (Ricoeur, 2008, p.25), mas a alteridade só se dá a partir de mim, a partir da minha resposta. Por que se pensar responsabilidade pelo outro em Educação? Em primeiro lugar, por questão de eticidade. A educação é extremamente ética. Sem ética não haveria educação. É importante que o ser humano compreenda que ele depende do seu semelhante e que ele não está só no mundo. Em segundo lugar, para se entender a relação de assimetria professor/aluno no processo educativo: ela promove a gratuidade, acrescentando dignidade ao professor ao responsabilizá-lo pela formação do outro, sem o pressuposto da reciprocidade. Em terceiro lugar, pelo amor. Nesse sentido, Levinas (2005, p.143), menciona “a responsabilidade pelo próximo é, sem dúvida, o nome grave do que se chama amor ao próximo, amor sem Eros...”.

Na assimetria da relação com o outro, cada ser tem a oportunidade de aprimorar-se. A esse respeito, Carbonara (2008, p.133), acrescenta que o Outro é que me ensina e que a docência do Outro não é uma ação deliberada, mas ocorre pela fragilidade humana que apela em favor da vida. E cita: “Sendo encontro, portanto acolhida, a educação apresenta-se como resposta em favor da vida de outrem” Carbonara, (2008, p.130). Para Levinas (2020, p.90) “o primeiro ensinamento do docente é a sua própria presença de docente”. Uma educação que contemple em primeiro lugar a responsabilidade para com o outro está aberta para acolher a diversidade e a diferença. A responsabilidade da educação é com todos. Essa responsabilidade nos compromete a tal ponto que dela nos tornamos reféns.

PALAVRAS-CHAVE: Rosto. Outro. Responsabilidade em Levinas. Educação.

REFERÊNCIAS:

- CARBONARA, Vanderlei. Docência e Ética: Um Apelo Humano por uma Pedagogia da Justiça. IN: Filosofia, Formação Docente e Cidadania. Kuiuva, Evaldo A.; Sangalli. Idalgo J.; Carbonara, Vanderlei (Orgs.). Ijuí: Editora Ijuí, 2008.
- LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e Infinito. Lisboa: Edições Almedina, S.A., 2020. Entre nós – Ensaio sobre a alteridade. Tradução Pergentino S. Pivatto. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2005.
- RICOEUR, Paul. Outramente: Leitura do livro *Autrement qu'êtré ou au-delà de l'essence* de Emmanuel Levinas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- RUIZ, Castor B. Emmanuel Levinas, Alteridade & Alteridades – Questões da Modernidade e a Modernidade em questão. In: Souza, R. T.; Farias, A.B. de.; e Fabri, M.(orgs.). *Alteridade e Ética. Obra Comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.p.117- 148.

O lugar (e a evolução) dos fatos emocionais no pensamento de William James

Camila von Holdefer Kehl (UFRGS)

camilavholdefer@gmail.com

Para o filósofo estadunidense William James (1842-1910), não pode haver qualquer tipo de percepção ou conhecimento que parta ou tenha partido de um sujeito distanciado e desinteressado. Nossas transações com o mundo, estejam elas na esfera da vida cotidiana ou da própria investigação científica, permanecem intimamente ligadas às nossas emoções — a nossos medos, desconfianças, desejos, alegrias e assim por diante. O modo como James concebeu a influência das emoções foi, porém, mudando ao longo do tempo, terminando por se cristalizar, na última e mais profícua fase de seu pensamento, em uma metafísica da experiência pura que não postula, de saída, nem sujeito nem objeto, mas antes uma intersecção em que, graças também a nossas emoções, todas as divisões são virtualmente possíveis. Pretendo avaliar, portanto, três momentos distintos do pensamento jamesiano a fim de traçar algumas mudanças — de início sutis, depois marcantes — em sua concepção do papel das emoções na experiência e no conhecimento humanos: seu primeiro livro publicado, “The Principles of Psychology” (1890), sobretudo o capítulo intitulado “The Perception of Reality”; a famosa palestra conhecida como “The Will to Believe” (1896), que, mais do que uma defesa da crença religiosa, traz excelentes considerações de ordem epistemológica; e finalmente um de seus “Ensaio sobre empirismo radical” (publicados postumamente em 1912), “O lugar dos fatos emocionais em um mundo de experiência pura”. Minha intenção é medir a evolução, e a própria radicalização, dentro do pensamento de William James, da convicção de que nossas emoções determinam nossa forma de perceber e compreender o mundo. Se no primeiro livro encontramos algumas considerações interessantes que já apontam para um pensamento que negaria todas as formas de se ser, estar e compreender não situadas, no último nos deparamos com um filósofo disposto a dissolver todas as divisões e barreiras que inicialmente pressupomos em nossa busca pelo mapeamento e pelo conhecimento de toda sorte de relações.

PALAVRAS-CHAVE: William James. Epistemologia. Metafísica. emoções. experiência pura.

REFERÊNCIAS:

KEHL, C. V. H. (2022). O lugar dos fatos emocionais em um mundo de experiência pura. *Intuitio*, 15(1), e42987.

JAMES, W. *The Will to Believe*. Nova York: Dover Publications, 2019.

JAMES, W. *The Principles of Psychology*. Volume Two. Nova York: Dover Publications, 2019.

Como a ideia de perspectivas afeta o modo como entendemos o conhecimento científico?

Santiago Alves Castro (UFRGS)

santiago9562@gmail.com

A palavra perspectiva traz consigo um conceito acerca do campo visual humano, perspectiva vem do latim *perspicere* que significa “ver através de”. Foi a partir do fim da idade média e do renascimento europeu que a noção de perspectiva teve um grande desenvolvimento por meio da pintura, quando a tridimensionalidade e os chamados “pontos de fuga” passaram a ser explorados na representação artística. Inicialmente foi utilizado pelos pintores renascentistas um ponto de fuga central, chamado de “perspectiva central”, nessa perspectiva as retas partem do sujeito observador e paralelamente convergem ao horizonte, criando uma noção de profundidade e realidade. Como a proposta da pintura renascentista era justamente representar a realidade de modo realista, o uso de uma perspectiva central alcançou a noção de objetividade e racionalidade almejada. Foi a partir do movimento Barroco, que sucedeu o Renascimento, que aconteceram maiores inovações na forma como são usadas as perspectivas na pintura. O Barroco buscava através de efeitos dramáticos de oposições e contrastes visuais, representar o mundo de modo emotivo e subjetivo. Para alcançar esse resultado na pintura a perspectiva principal deixou de ser a central, os pontos de fuga eram utilizados de modos diversos com fim de criar ilusões, desequilíbrios e distorções. A ênfase deixou de estar no ponto de vista único e passou a residir na variedade de possibilidades de representação, propiciada pelos diferentes pontos de vista possíveis. É possível entender o que é o perspectivismo na ciência estabelecendo uma relação entre este e o seu homônimo na pintura. A pintura é substituída pela ideia de representações científicas (hipóteses, teorias etc) e o pintor pelo cientista. Uma interpretação realista acerca da ciência dá ênfase ao aspecto pretensamente objetivo, racional e universalista da atividade científica. A própria ideia de “enviesamento” num experimento científico já é vista como uma ameaça à credibilidade do conhecimento produzido. Críticos da visão realista clássica de ciência destacam o papel distintivo que o cientista, enquanto ser humano, tem no processo de criação do conhecimento. Assim como o pintor, o cientista “ocupa” determinadas perspectivas ao analisar os dados, fenômenos e objetos do mundo. Em todo o processo de investigação científica a perspectiva desempenha um papel fundamental, seja através da perspectiva cognitiva-perceptual humana, da perspectiva teórica a partir da qual os fenômenos são observados e teorizados ou das perspectivas históricas e culturais nas quais

as teorias e hipóteses são desenvolvidas. A forma como as perspectivas se inserem na prática científica traz desafios à tradição realista, o perspectivismo científico, enquanto tese filosófica, visa mostrar como um meio termo entre o realismo e o antirrealismo invés de ameaçar o valor da ciência pode antes oferecer uma interpretação mais fidedigna da mesma. Ao levar em consideração como as diferentes e muitas vezes conflitantes perspectivas interagem entre si, o perspectivista defende que o valor da ciência não está na integração total dessas perspectivas em uma única e totalizante descrição da realidade, o valor está justamente em expor e explorar os diferentes modos como o mundo pode ser conhecido.

PALAVRAS-CHAVE: perspectivismo. Realismo. Filosofia da ciência. Antirrealismo. Michela Massimi.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Santiago Alves. Perspectivismo científico e realismo. TCC (Bacharelado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2022.

CHAKRAVARTTY, Anjan. A metaphysics for scientific realism: Knowing the unobservable. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GIERE, Ronald N. Scientific perspectivism. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

GODFREY-SMITH, Peter. Theory and reality: an introduction to the philosophy of science. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

MASSIMI, Michela. Perspectival Realism. Oxford: University Press, 2022.

MASSIMI, Michela. Perspectivism. In: J. SAATSI (ed.). The Routledge handbook of scientific realism. Oxford: Routledge, p. 164-175, 2018b.

PSILLOS, Stathis. Scientific realism: how science tracks truth. London: Routledge, 1999.

Desacordo Científico e Racionalidade Coletiva

Bruno Malavolta e Silva (UFRJ/PPGLM)

malavolta3@gmail.com

Na epistemologia do desacordo, a Posição do Peso Igual afirma (grosso modo) que a opinião de pares epistêmicos – isto é, agentes que julgamos possuir a mesma competência que nós para saber sobre um domínio – deve ser considerada com o mesmo peso de nossa própria opinião quando buscamos formar crenças sobre o domínio. Assim, a posição prescreve que devemos adotar uma atitude conciliatória perante o desacordo entre pares, e revisar nossa atitude doxástica quando encontrarmos um par discordante. Debates sobre desacordo científico buscam investigar como cientistas devem responder racionalmente ao desacordo com outros cientistas e agentes. Em certo sentido, a conexão entre desacordo de cientistas e desacordo de pares não é direta, pois é possível que cientistas discordantes não sejam pares epistêmicos. Por isso, a Posição do Peso Igual não implica imediatamente que cientistas discordantes devam responder com uma atitude conciliatória, e o debate sobre desacordo científico torna-se contextualmente sensível. Em destaque, tem sido argumentado que a Posição do Peso Igual não pode ser aplicada para casos de desacordo científico que exibam incomensurabilidade no sentido kuhniano: dado que um agente é incapaz de “sair” de sua própria perspectiva para lidar com desacordos profundos, uma atitude conciliatória parece inadequada para contextos de incomensurabilidade, nos quais o desacordo científico é profundo e advém de diferentes priorizações de virtudes teóricas, metodologias, ou panos de fundos disciplinares. Se correto, isso favorece uma visão pluralista da ciência na qual diferentes tradições teóricas sejam desenvolvidas paralelamente, e sustentadas com uma atitude imutável (ou não-conciliatória) mesmo perante o desacordo científico. Neste artigo, defendo a Posição do Peso Igual como critério normativo para lidar com casos de desacordo científico, esclarecendo sua aplicabilidade para casos de incomensurabilidade, e sustentando que uma atitude conciliatória possa ser imperativa mesmo nesses casos. Argumento que uma atitude imutável em face ao desacordo científico implicaria em uma versão problemática de realismo científico que seria insensível à dimensão social da justificação epistêmica, exceto em contextos nos quais a atitude imutável recebe suporte da Posição do Peso Igual. Alternativamente, a Posição do Peso Igual permite integrar a relevância do julgamento de grupos como relevante para determinar a resposta racional ao desacordo científico. Neste caso, quando cientistas defrontam pares discordantes, eles devem assumir uma atitude conciliatória não apenas ao par discordante, mas ao julgamento geral da comunidade científica. Quando a afirmação em desacordo desfruta de consenso científico,

a existência do consenso científico permite desqualificar o cientista dissidente como não sendo um par legítimo, e uma atitude firme torna-se justificada. Quando a afirmação em desacordo disside contra um consenso científico, o mesmo torna imperativa a adoção de uma atitude conciliatória. Assim, mesmo em casos de incomensurabilidade e desacordo profundo, a resposta racional ao desacordo científico é fundamentada pela racionalidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Desacordo Científico. Desacordo entre pares. Realismo Científico. Consenso Científico.

REFERÊNCIAS:

- BERCANO-BERROCAL, Fernando; CARTER, J. Adam. *The Epistemology of Group Disagreement*. New York & London: Routledge, 2021.
- BORGE, Bruno. Disagreement About Scientific Ontology. *Journal for General Philosophy of Science*, [s. l.], 2021. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10838-020-09542-2>>
- BORGE, Bruno; LO GUERCIO, Nicolás. Learning from scientific disagreement. *THEORIA. An International Journal for Theory, History and Foundations of Science*, [s. l.], v. 36, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://ojs.ehu.es/index.php/THEORIA/article/view/21967>>
- CHAKRAVARTTY, Anjan. *Scientific Ontology: Integrating Naturalized Metaphysics and Voluntarist Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- CHRISTENSEN, David. Epistemology of Disagreement: The Good News. *The Philosophical Review*, [s. l.], v. 116, n. 2, p. 187–217, 2007.
- CHRISTENSEN, David. High-Order Evidence. *Philosophy and Phenomenological Research*, [s. l.], v. LXXXI, n. 1, 2010.
- CHRISTENSEN, David; LACKEY, Jennifer. *The Epistemology of Disagreement: New Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2013. C
- OHEN, S. A defense of the (almost) equal weight view. In: LACKEY, Jennifer; CHRISTENSEN, David (Eds.). *The Epistemology of Disagreement: New Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 98–117.
- CRUZ, Helen De; SMEDT, Johan De. The value of epistemic disagreement in scientific practice. The case of Homo floresiensis. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 169–177, 2013. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0039368113000162>>
- DE DONATO RODRÍGUEZ, Xavier; ZAMORA BONILLA, Jesús. Scientific Controversies and the Ethics of Arguing and Belief in the Face of Rational Disagreement. *Argumentation*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 39–65, 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10503-013-9300-4>>

FELDMAN, Richard. Epistemological Puzzles about Disagreement. In: HETHERINGTON, Steve (Ed.). *Epistemic Futures*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 216–236.

HENDERSON, David et al. Nonconciliation in Peer Disagreement: Its Phenomenology and Its Rationality. *Grazer Philosophische Studien*, [s. l.], v. 94, n. 1–2, p. 194–225, 2017. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/gps/94/1-2/article-p194_194.xml>

KELLY, Thomas. Peer Disagreement and High Order Evidence. In: GOLDMAN, Alvin I.; WHITCOMB, Dennis (Eds.). *Social Epistemology: Essential Readings*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 183–217.

KOBAYASHI, Keiichi. The Impact of Perceived Scientific and Social Consensus on Scientific Beliefs. *Science Communication*, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 63–88, 2018. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1075547017748948>>

LACKEY, Jennifer. A justificationist view of disagreement's epistemic significance. In: MILLAR, A.; HADDOCK, A.; PRITCHARD, D. (Eds.). *Social Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 298–235.

LICHTENSTEIN, Eli I. (Mis)Understanding scientific disagreement: Success versus pursuit-worthiness in theory choice. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, [s. l.], v. 85, p. 166–175, 2021. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0039368120301898>>

MATHESON, J. *The Epistemic Significance of Disagreement*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MCLEOD, Carolyn. Trust. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2021.

MILLER, Boaz. When is consensus knowledge based? Distinguishing shared knowledge from mere agreement. *Synthese*, [s. l.], v. 190, n. 7, p. 1293–1316, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11229-012-0225-5>

MILLER, Boaz. WHY (SOME) KNOWLEDGE IS THE PROPERTY OF A COMMUNITY AND POSSIBLY NONE OF ITS MEMBERS. *The Philosophical Quarterly*, [s. l.], v. 65, n. 260, p. 417–441, 2015. Disponível em: <<https://academic.oup.com/pq/article-lookup/doi/10.1093/pq/pqv025>>

ŠEŠELJA, Dunja. Some lessons from simulations of scientific disagreements. *Synthese*, [s. l.], v. 198, n. S25, p. 6143–6158, 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s11229-019-02182-0>>

SKIPPER, Mattias; STEGLICH-PETERSEN, Asbjorn. *Higher-Order Evidence: New Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Epistemologia e Metafísica

Paraconsistência e Paracompletude: alternativas filosóficas

Rafael dos Santos Ongaratto (UNICAMP)

ongarattorafa@gmail.com

De um ponto de vista formal, lógicas paraconsistentes são aquelas que rejeitam o Princípio de Explosão, ou seja, o princípio segundo o qual “de uma contradição tudo se segue”, e lógicas paracompletas são aquelas que rejeitam o Princípio do Terceiro Excluído, ou seja, o princípio segundo o qual uma proposição é o caso ou não é o caso, isto é, não há possibilidade de valores intermediários (CARNIELLI; RODRIGUES, 2015, p. 1). No caso da lógica paraconsistente, a posição filosófica célebre e difundida na literatura é o dialeteísmo, uma perspectiva na qual contradições são verdadeiras e existem na realidade (PRIEST, 1979). Por outro lado, na lógica paracompleta, a posição mais difundida é a do intuicionismo de Brouwer, cuja motivação é em relação a quais são os tipos de objetos matemáticos genuínos, a saber, apenas os objetos matemáticos cuja prova se dá por meio de uma construção matemática (BROUWER, 1981). Assim, baseando-se nestas interpretações ontológicas das lógicas paraconsistente e paracompleta, poder-se-ia questionar a viabilidade filosófica de tais sistemas. Por um lado, assumir a verdade de contradições seria um passo radicalmente oposto às intuições filosóficas desde Aristóteles (Met. Γ, 1005b 19-24). Por outro lado, assumir que as verdades matemáticas se limitam a construções mentais é uma posição controversa para realistas matemáticos, cuja perspectiva exige independência dos objetos matemáticos em relação à mente humana. Desse modo, no presente trabalho, pretendo apresentar uma interpretação epistêmica livre de compromissos ontológicos acerca das lógicas paraconsistentes e paracompletas (CARNIELLI; RODRIGUES, 2015): neste caso, temos que abdicar da interpretação dessas lógicas como preservadoras de verdade, e pensá-las, no caso lógica paraconsistente, como preservadora de evidência, e, no caso da lógica paracompleta, preservadora de construtibilidade. Portanto, pode-se mostrar como essa construção é não apenas viável do ponto de vista filosófico (CARNIELLI; RODRIGUES, 2021), mas também aplicável em muitos contextos em que a lógica clássica não é eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: lógica paraconsistente. lógica paracompleta. Dialeteísmo. Intuicionismo. interpretação epistêmica.

REFERÊNCIAS:

ANGIONI, L. Metafísica IV e VI. Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n. 14, 10 set. 2007.

BROUWER, L. E. J. Brouwer's "Cambridge Lectures on Intuitionism". D. Van Dalen (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

CARNIELLI, W.; CONIGLIO, M. Paraconsistent Logic: consistency, contradiction and negation. Berlin: Springer, 2016.

CARNIELLI, W.; RODRIGUES, A. An epistemic approach to paraconsistency: a logic of evidence and truth. *Synthese*, vol. 196, p. 3789-3813, 2019.

CARNIELLI, W.; RODRIGUES, A. On epistemic and ontological interpretations of intuitionistic and paraconsistent paradigms. *Logic Journal of the IGPL*, vol. 29, n. 4, p. 569-584, 2021.

CARNIELLI, W.; RODRIGUES, A. Paraconsistency and duality: between ontological and epistemological views. In: *The Logica Yearbook 2015*, Hejnice: College Publications, 2015 .

PRIEST, G. The Logic of Paradox. *Journal of Philosophical Logic*, vol. 8, n. 1, p. 219-241, 1979.

Liberdade em Tempos Vindouros: Pensando a Autonomia nos Tempos da I.A.

Victor Henrique Monteiro Alves (UFJF)

victor.monteiro@estudante.ufjf.br

Nestes dias do século XXI, tem-se visto o surgimento de inúmeros dilemas de profundas consequências para a sociedade e para as ciências humanas. O intuito da presente pesquisa é tentar, em algum grau, navegar em uma sessão específica destes problemas que afetam o cotidiano filosófico de maneira imprescindível, tratando das dificuldades que versam a respeito do uso irrefletido dos sistemas de inteligência artificial (I.A.) mediante ao conhecimento humano e como este emprego afeta a possibilidade de uma liberdade entendida no sentido de autonomia. Para tanto, pretende-se utilizar as condições de liberdade expostas por Leibniz principalmente em duas de suas obras fundamentais, sendo elas Ensaio de Teodiceia, onde expõe as premissas sem as quais o ser humano não pode ser livre, bem como das suas conclusões nos Novos Ensaio sobre o Entendimento Humano, onde apresenta um pouco mais da relação entre liberdade e conhecimento, evitando adentrar, em suas obras, em dificuldades como “o melhor dos mundos possíveis”, que parecem causar algum cerceamento da liberdade e uma forma de determinismo. Apreendidas tais condições, adentrar-se-á brevemente no entendimento de Kant a respeito da autonomia em dois de seus trabalhos: Crítica da Razão Prática; e Fundamentação da Metafísica dos Costumes, para melhor explicitar o entendimento daquilo que concerne a autonomia de escolha em conjunto com o autor anterior, servindo assim como uma complementação às considerações leibnizianas no propósito desta pesquisa. Ambos os autores tem pensamentos relevantes para a tradição filosófica, trazendo significativa influência para os pensadores dos séculos seguintes aos seus. É neste sentido que se abordará o pensamento de Edmund Husserl, filósofo norteador desta empreitada, considerando que, ao que se pôde observar, tanto Leibniz quanto Kant contribuem significativamente para seu pensamento e são também pontos de apoio para o desenvolvimento de sua Fenomenologia juntamente com outras influências filosóficas. O enfoque nos textos fenomenológicos se dará em obras posteriores a 1920, onde Husserl já busca compreender um pouco mais daquilo que é a cultura humana, se propondo a uma investigação fenomenológica rigorosa a respeito do tema. Dada a fundamentação filosófica nestes pensadores, buscar-se-á a atualização de seus sistemas conceituais, principalmente na figura de Husserl e da fenomenologia, para os problemas enfrentados mediante à aplicação dos

sistemas de I.A. na conjuntura da sociedade humana atual e suas consequências para o conhecimento, como, por exemplo, numa desvalorização das vivências e experiências humanas, campo próprio da filosofia, procurando vislumbrar as dificuldades éticas que são trazidas por tais situações.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia. Liberdade. Epistemologia. Autonomia. Inteligência Artificial.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, Robert Merrihew. Leibniz: determinism, theist, idealist. Nova Iorque: Oxford University Press, Inc., 1994. 443 p.

DE BOER, Theodore. The development of Husserl's Thought. Tradução de Theodore Platinga. The Hague: Martinus Nijhoff Publisher, 1978. 556 p.

DRUMMOND, John J. Moral phenomenology and moral intentionality. Publicado Online: Springer Science & Business Media B. V., 2008. Disponível em <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11097-007-9064-0>>

DRUMMOND, John J. Respect as a Moral Emotion: A Phenomenological Approach. Publicado Online: Springer, 2006. HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico: Estudos Filosóficos. Tradução de Flávio Beno Siebenichler. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990. 271 p. - (Coleção Biblioteca Tempo Universitário - 90)

HUSSERL, Edmund. A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: Uma introdução à Filosofia Fenomenológica. Tradução de Diogo Falcão Ferrer. Lisboa: Phainomenon e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2008. 555 p.

_____. A Europa sob o Signo da Crise e da Renovação. Tradução de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Lisboa : Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006. 156 p. - (Phainomenon. Clássicos de fenomenologia. Obras de Edmund Husserl. Artigos, conferências e outros opúsculos ; 8)

_____. A Ideia da fenomenologia: cinco lições. Tradução de Marloren Lopes Miranda. Petrópolis: Editora Vozes, 2020. 154 p. - (Coleção Textos Filosóficos)

_____. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Vol. I: introdução geral à fenomenologia. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006. 386 p. - (Coleção Subjetividade Contemporânea)

_____. Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica. Libro segundo: Investigaciones fenomenológicas sobre la constitución. Tradução de Antonio Zirióñ Q. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Filosóficas, 2005. 520 p.

JORÁTI, Julia. Gottfried Leibniz. In: TIMPE, Kevin; Griffith, Meghan; LEVY, Neil. The Routledge Companion to Free Will. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2017. 707 p.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007. 120 p. - (Coleção Textos filosóficos)

_____. *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1984. 195 p. - (Coleção Textos filosóficos)

LACERDA, Tessa Moura. *Leibniz: liberdade e verdade*. Dois Pontos, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 209-229, out. 2014.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal*. Tradução de William de Siqueira Piauí Silva e Juliana Cecci. 3ª ed. São Paulo: Estação liberdade, 2017. 488 p.

_____. *Novos Ensaio Sobre o Entendimento Humano: Volume I & II*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 514 p. - (Coleção Os Pensadores)

_____. *Os princípios da filosofia ditos A Monadologia*. Tradução de Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 472 p. - (Coleção Os Pensadores)

MORAN, Dermot. *Edmund Husserl: The Crisis of the European Sciences and Transcendental Phenomenology: An Introduction*, Dublin: Cambridge University Press, 2011. 405 p.

SLEIGH JR., R. C. *Leibniz on Freedom and Necessity: Critical Notice of Robert Adams, Leibniz: Determinist, Theist, and Idealist*. In: SCHURMAN, Gould. *The Philosophical Review*. Vol 108, nº 2. Durham: Duke University Press, 1999. p.245-277

ZAHAVI, Dan. *Phenomenology: The Basics*, Nova Iorque & Londres: Routledge, 2019. 158 p.

_____. *Husserl's Legacy: Phenomenology, Metaphysics, and Transcendental Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2017. 236 p.

A fraqueza do argumento das anomalias não-concebidas

Gabriel Chiarotti Sardi (USP)

gabrielsardi@usp.br

O filósofo sul-coreano Seungbae Park publicou, em 2018, um artigo intitulado: *The problem of unobserved anomalies* em que apresenta o seu “problema das anomalias não-observadas” (ou “não-concebidas”), que nada mais é do que uma nova forma de indução pessimista – inspirada no importante argumento antirrealista das alternativas não-concebidas (STANFORD, 2006) – mas com a finalidade atacar uma forma de antirrealismo científico bem específica: o empirismo construtivo de Bas van Fraassen contido na obra *The Scientific Image* (1980). Segundo a argumentação de Park, os empiristas construtivos não podem afirmar que as teorias científicas atuais são satisfatoriamente empiricamente adequadas, ao passo que os cientistas do passado não puderam vislumbrar as anomalias que transformaram suas teorias em empiricamente inadequadas; portanto, presume-se que os cientistas de hoje também não podem conceber as anomalias que tornarão suas teorias empiricamente inadequadas no futuro. Nesta breve comunicação defendo que, embora a argumentação de Park seja aparentemente engenhosa e interessante, ela é ineficiente para atingir o empirismo construtivo, ao passo que essa forma de antirrealismo não tem como escopo alcançar uma teoria objetiva e absolutamente empiricamente adequada, mas admite, por outro lado, a existência de várias teorias possivelmente empiricamente adequadas – e isso fica evidente quando se examina dois pontos relacionados à proposta filosófica de van Fraassen: i) seu empirismo construtivo como uma teoria da explicação científica, isto é, uma proposta filosófica em que se interpreta o objetivo da ciência como o de responder a questões do tipo por-qué; e ii) seu famoso argumento antirrealista da subconsideração (ou argumento do conjunto defeituoso) presente na obra *Laws and Symmetry* (1989), no qual se critica o uso da Inferência da Melhor Explicação como uma ferramenta útil para o processo de escolha de teorias científicas rivais, na medida em que se admite um espaço lógico possível de incontáveis teorias explicativas distintas - ponto este que ainda pode ser fortalecido com a reformulação do conceito de “adequação empírica” oferecido por Otávio Bueno (2018). Ademais, na conclusão, pretendo evidenciar que a argumentação de Park também pode ser utilizada para criticar o próprio realismo científico defendido pelo autor – e ainda de forma muito mais eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: realismo científico. antirrealismo científico. anomalias não-observadas. alternativas não-concebidas. filosofia da ciência.

REFERÊNCIAS:

BUENO, O. Quase-verdade: seu significado e relevância. Disponível em: https://web.as.miami.edu/personal/obueno/Site/Online_Papers_files/QuaseVerdade_Signific%26Import.pdf. Acesso em: 24/10/2023 às 15h10min.

PARK, S. The Problem of Unobserved Anomalies. In *Filosofija. Sociologija*, n. 29, v. 1, 2018.

STANFORD, K. *Exceeding Our Grasp: Science, History, and the Problem of Unconceived Alternatives*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

VAN FRAASSEN, B. *Laws and symmetry*. Oxford: Oxford University Press, 1989. VAN FRAASSEN, B. *The Scientific Image*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

Filosofia Política

Aspectos metodológicos da reconstrução do direito em Habermas

Ranieri Rodrigues Garcia (UFRGS)

ranieri.rg@gmail.com

Em *Facticidade e Validade* (1992), Jürgen Habermas elabora sua crítica do direito moderno a partir da noção de reconstrução. Ele divide objetivamente essa categoria metodológica entre reconstrução interna, que pretende lidar com a autocompreensão das ordens jurídicas modernas, e a reconstrução externa, cujo objetivo consiste em discutir a tensão que existe entre a normatividade jurídica explicada com o auxílio da teoria do discurso e a facticidade social dos processos políticos. Essa distinção entre reconstrução interna e externa ocorre a partir da tensão entre facticidade e validade que é conexa ao processo de legitimação política do direito nos limites das democracias constitucionais. Tanto o momento teórico-expositivo como o momento de reelaboração crítico-normativo buscam reconstruir as condições paradigmáticas da legitimidade jurídica que poderiam impulsionar um processo de democratização radical do Estado de direito. Entretanto, essa compreensão “dialógica” da reconstrução que recebe destaque na obra parece acessar outros sentidos dessa categoria de modo subjacente por todo o texto, inspirada sobretudo em trabalhos anteriores e adaptada de maneira analítica ao objeto criticado. Por um lado, a reconstrução da história da teoria indica aparecer sob a forma de uma abordagem pluralista que busca traçar uma linha de investigação que vincula as diversas teorias e disciplinas que cuidam da produção do conhecimento jurídico, com o intuito de se apropriar dessa produção teórica disponível e reelaborá-las criticamente ao afirmar seus potenciais ainda não exauridos, porém buscando superar seus limites. Por outro, a reconstrução racional parece ser exposta mediante a articulação das estruturas profundas de pré-condições implícitas da comunicação em geral, que transformam nosso conhecimento sobre as regras e normas que operam sem reflexividade em um saber explícito, visando a identificação dos pré-requisitos normativos que os cidadãos consideram na apreensão cognitiva sobre o significado das práticas conforme o direito nas democracias constitucionais. Frente a essas questões, o objetivo deste trabalho pretende investigar como os significados da reconstrução são mobilizados e reorganizados por Habermas para uma crítica imanente do direito moderno como um objeto que está dado na realidade efetiva sob circunstâncias históricas específicas, com a intenção de produzir um diagnóstico crítico da modernidade política.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica. Reconstrução. Direito. Habermas

REFERÊNCIAS:

BAYNES, Kenneth, SCHOMBERG, René von, (Org.) Discourse and democracy. Essays on Habermas's Between Facts and Norms. New York: State University of New York Press. 2002.

HABERMAS, Jürgen. Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des kommunikativen Handelns. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Teoria e práxis. Estudos de filosofia social. Trad. Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. Trad. Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Facticidade e Validade. Contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Trad. Felipe Gonçalves Silva e Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MAUS, Ingeborg. Über Volkssouveränität: elemente einer Demokratietheorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2011.

ROSENFELD, Michel; ARATO, Andrew: Habermas on Law and Democracy: Critical exchanges. Los Angeles: University of California Press, 1998.

A incompatibilidade da concepção de liberdade de Milton Friedman com o Estado Democrático de Direito

Lucas Porto Foppa (UFRGS)

lucas.p.foppa@gmail.com

A disputa pela tradição do liberalismo se coloca de pano de fundo de inúmeros debates contemporâneos. A depender da concepção de liberdade, permite-se maior ou menor escopo de intervenção estatal. Isso transparece em questões como o marco legal que regula a educação. Por exemplo, Hannah Arendt criticou que o Estado obrigue a convivência de estudantes em escolas plurais, em oposição à voluntária escolha de estudar em escolas segregadas. Alguns autores da linha do neoliberalismo, como Milton Friedman, reivindicam uma visão similar a esta e a tomam como a única interpretação correta dessa tradição e da concepção de liberdade, a qual deveria prevalecer sobre as demais, porque seriam tecnicamente ou expressões de autoritarismo. Entretanto, essa visão se trata de apenas uma dentre família de ideologias liberais. As ideologias são diferentes visões de mundo a partir de valores diversos e da ordem de prioridade entre eles. Por conta daquilo que John Rawls identificou como os limites do juízo, inúmeras ideologias convivem no Estado Democrático de Direito. Desde que razoáveis, essas ideologias não possuem superioridade entre si. Nessa linha, o presente trabalho questiona: a concepção de liberdade de Milton Friedman é compatível com o Estado Democrático de Direito?. Para responder à questão realiza-se um contraste entre as concepções de liberdade de John Rawls e de Milton Friedman. A partir de um escrutínio da obra de Rawls, compreendem-se quais os critérios para que uma ideologia seja politicamente razoável, isso é, quais ideologias aptas a respeitarem umas às outras e a tratarem os cidadãos como livres e iguais, apesar das discordâncias entre si: quais as ideologias que se dispõem a oferecer razões umas às outras no debate público, em pé de igualdade. Em seguida, passa-se a explicitar a concepção de liberdade de Milton Friedman. Expõe-se como o autor parte de uma premissa das pessoas como clientes ou consumidores, ao invés de cidadãos, alguém que sempre tem razão e cuja vontade é absoluta. Argumenta-se que o autor trata todas as relações sociais sob o ponto como econômicas – barganhas e transações de mercado. Entende a liberdade como uma ausência de restrição ou de interferência estatal. Assume que diversas dessas intervenções seriam consideradas paternalistas. Argumenta que a competição injusta não existe, se trataria de uma falácia. Ao impor uma série de regras para a sociedade, o Estado limitaria as escolhas dos indivíduos indevidamente. Em seguida, parte-se para a comparação entre essas obras. A análise

evidencia que o projeto de Friedman requer a aderência a uma visão específica de liberdade fundamentado em valores como liberdade absoluta e num sentido econômico. Ao adotar essa visão de liberdade, o teórico também discrimina os indivíduos indevidamente, com base no critério da renda, dessa forma, somente se atingiria autonomia na medida em que pudesse impor a sua vontade irrestritamente, de acordo com a capacidade financeira de cada um. Isso implica abdicar de uma série restrições necessárias para a construção de uma sociedade cooperativa, equitativa, estável e marcada pelo pluralismo razoável, em que os cidadãos são livres e iguais.

PALAVRAS-CHAVE:

Liberdade. Milton Friedman. John Rawls. Ideologia. Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS:

- ÁTRIA, Fernando. Derechos sociales y educación: un nuévo paradigma de lo publico. Santiago: Lom ediciones, 2014.
- FREEDEN, Michael. Ideology: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. Free to choose: a personal statement. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalism and freedom. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- FRIEDMAN, Milton. There's no such thing as free lunch. LaSalle: Open Court, 1975.
- FREEMAN, Samuel Richard. Illiberal libertarians: why libertarianism is not a liberal view. *Philosophy & Public Affairs*, vol. 30, n.º 02, pp. 105-151, 2001.
- FREEMAN, Samuel Richard. Reasonable political conceptions and the well-ordered liberal society. *In* WEITHMAN, Paul (Ed.). Rawls's A Theory of Justice at 50. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. pp. 257-276.
- RAWLS, John. O liberalismo político. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- RAWLS, John. A theory of justice. Cambridge: The Belknap Press, 1999.
- RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- RUGER, William. Milton Friedman. Nova York: Continuum, 2011.

Caminhos coletivos a partir da hermenêutica filosófica: diálogo e fronteira

Jungley de Oliveira Torres Neto (UFJF)

jungleyjf@hotmail.com

No âmbito da hermenêutica filosófica, propõe-se explorar o aspecto fronteiro que está sugestivamente presente no princípio conceitual de diálogo, tal como formulado por Hans-Georg Gadamer. Essa abordagem, além de sua relevância intrínseca na interpretação filosófica, abre possibilidade de se pensar no âmbito dialógico da religião, o que conflui propriamente na posição anti-violenta. O importante será notar que, para Gadamer, não é o diálogo pelo diálogo que a hermenêutica promove, mas o diálogo pela compreensão (GADAMER, 1999, p. 559). A justificativa da proposição da presente comunicação respalda-se na importância de debater e abordar as muitas faces da relação entre Religião e Violência, sejam elas denominadas violência física, violência psicológica, violência moral, violência política, violência cultural ou toda força violenta de poder que se sobrepõe no mundo de modo discursivo, simbólico e prático. Objetiva-se, através do princípio conceitual de diálogo em Gadamer, suscitar perspectivas de fronteira, que não se limita à noção espacial e/ou física. Nesse sentido, podemos recorrer à autora Gloria Anzaldúa e a sua obra *La Frontera*, na qual são abordados os processos de violência que ocorrem na fronteira entre o México e os Estados Unidos (ANZALDÚA, 1999, p. 103-115. Nessa abertura fronteira e de diálogo, justifica-se a atitude anti-violenta, que leva em consideração a diversidade étnica: religiosa, cultural, histórica e, fundamentalmente, do “Outro”. Almeja-se suscitar reflexões e contribuições na área de pesquisa em Filosofia da Religião e, por conseguinte, na temática *Hermenêutica Filosófica, Religião e Violência*; igualmente, de pensar na liberação de uma verdade objetiva, enquanto projeto universal-ocidental de bases econômicas, políticas e epistêmicas de poder. Aspira-se refletir, na perspectiva dos entrelugares, que, ao mesmo tempo, separa, limita, mas, igualmente, permite o contato e, eventualmente, aproxima. Em síntese, o objetivo principal desta comunicação é analisar e destacar a intersecção entre diálogo e fronteira como uma posição anti-violenta.

PALAVRAS-CHAVE: Hermenêutica Filosófica. Diálogo. Fronteira. Coletividade.

REFERÊNCIAS:

ANZALDÚA, Glória. *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

GADAMER, Hans- Georg. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer: Petrópolis: Vozes, 1999.

Breves notas sobre o realismo político em Bernard Williams

Lucas Taufer (UCS)

ltaufer1@gmail.com

Este ensaio tem como finalidade apresentar alguns dos principais conceitos de Bernard Williams sobre o realismo político. Podemos dizer que, embora tenha sido reconhecido em diversos campos da atividade filosófica, sobretudo quanto ao estudo da ética, da identidade pessoal e da epistemologia, Williams também trouxe uma significativa contribuição para a filosofia política contemporânea, em particular em sua abordagem do assim chamado realismo político. Nesta, os principais elementos da reflexão do filósofo sobre a política podem ser encontrados e, ao lado da definição que ele conferiu ao já chamado realismo político, também se podem encontrar ali discutidos conceitos como o de sorte moral, sua defesa do contextualismo quanto ao desenvolvimento da ética e uma espécie de ceticismo prático dirigido a compreensões do estatuto de “verdades” morais e políticas, vigentes nas correntes dominantes das discussões sobre os temas em questão. É possível atribuir a Bernard Williams a defesa de um realismo político que está comprometido com a compreensão da autoridade política enquanto fundamentada e contextualizada na dinâmica efetiva do fenômeno de do exercício do poder na sociedade. A importância da concepção realista aparece ao passo em que se rejeitam as posições que defendem concepções utópicas e/ou idealistas quanto à política e é reforçada pela defesa de Williams de que somente com a sua consideração é que poderão ser mais bem entendidos tanto os elementos constituintes da natureza humana como os aspectos propriamente práticos dos processos multifacetado e complexo que envolvem as decisões políticas. A ênfase do filósofo no realismo político é consubstanciada por alguns argumentos como: i) o reconhecimento de que indivíduos não são constantemente guiados por ideais morais elevados, sendo que, ao invés disso, mais das vezes são impelidos pelo auto-interesse e por suas crenças, desejos, instintos e intenções próprias, o que faz com que as múltiplas configurações da motivação e da ação humana engendre uma compreensão mais complexificada e nuançada do comportamento político, frequentemente sendo necessária a transcendência de pressupostos normativos idealistas para mais bem capturar a realidade da dinâmica do poder nas sociedades humanas; e ii) o realismo político aparece, assim, como a abordagem que pode fornecer uma compreensão sobre as orientações práticas com que indivíduos enfrentam os dilemas morais e políticos como eles aparecem na realidade, concentrando-se em contextos reais e na busca do entendimento pragmático das soluções por eles estruturadas e efetivadas. Neste breve ensaio, a tentativa de apresentar a teoria do realismo

político de Bernard Williams será composta de seis breves momentos. No primeiro, introduziremos o conceito de realismo político como compreendido pelo filósofo. A seguir, serão abordados quatro conceitos que selecionamos para, ao discuti-los, tentarmos expor o que há de mais substancial na abordagem de Williams. São eles os de a) uma avaliação realista da natureza humana; b) sorte moral; c) contextualismo ético; e d) ceticismo sobre verdades morais e políticas objetivas. Finalmente, serão contempladas algumas objeções dirigidas a cada um desses núcleos de argumentação por teóricos de correntes rivais.

PALAVRAS-CHAVE: Realismo Político. Legitimidade. Poder. Autoridade. Normatividade Política

REFERÊNCIAS:

- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- STUART MILL, John. *Sobre a liberdade*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Penguin-Companhia, 2017.
- WEBER, Max. *Escritos políticos*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- WILLIAMS, Bernard. *Ethics and the limits of philosophy*. Boston: Harvard University Press, 1985.
- WILLIAMS, Bernard. *In the beginning was the deed: realism and moralism in the political argument*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da certeza*. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2012.